

JUSTIÇA FISCAL E SOCIAL X ENDIVIDAMENTO E LAVAGEM DE DINHEIRO

Português / English



OS PASSOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA: UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA



*Campanha Jubileu Sul
Auditoria Cidadã da Dívida*

*IV Forum Social Mundial
Mumbai - Índia - 2004*

JUSTIÇA FISCAL E SOCIAL
versus
ENDIVIDAMENTO E LAVAGEM DE DINHEIRO
e
OS PASSOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA
DÍVIDA:
UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

FISCAL AND SOCIAL JUSTICE
X
INDEBTEDNESS AND MONEY LAUNDERING
and
THE STEPS OF THE CITIZEN DEBT
AUDITING:
A BRAZILIAN EXPERIENCE

FICHA TÉCNICA / TECHNICAL INFORMATION

Iniciativa / Initiative

Unafisco - Sindicato Nacional dos
Auditores - Fiscais da Receita Federal
www.unafisco.org.br

Coordenação / Coordination

Auditoria Cidadã da Dívida Campanha
Jubileu Sul
www.jubileubrasil.org.br
www.divida-auditoriacidada.org.br

Textos / Texts

Parte I / Part I

**JUSTIÇA FISCAL E SOCIAL versus
ENDIVIDAMENTO & LAVAGEM DE
DINHEIRO**

Autores / Authors

Eugênio Celso Gonçalves
Everardo Nóbrega de Queiroz
Maria Lucia Fattorelli Carneiro
Rodrigo Vieira de Ávila

Colaboradores / Collaborators

Jefferson Guedes Oliveira
José Maria Luna
Pedro Onofre Fernandes
Equipe do Unafisco Sindical

Parte II / Part II

**OS PASSOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA
DÍVIDA: UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

Autores / Authors

Maria Lucia Fattorelli Carneiro
Rodrigo Vieira de Ávila

Colaboradores / Collaborators

Décio Garcia Munhoz
Eugênio Celso Gonçalves
Everardo Nóbrega Queiroz
Franklin Rodrigues da Costa
Leandro Augusto dos Santos Costa
Marcos Arruda
Maria Auxiliadora Mourão Martinez
Reinaldo Gonçalves
Sandra Quintela
Wagner Luiz da Silva
Equipe do Unafisco Sindical

Revisão / Revision

Joelita Freitas
Eunice Pinheiro

Tradução / Translation

Ângela Maria Pietsch Cunha
Lanzilina Netto Duque

Ilustrações / Illustrations

Nivaldo Marques Martins

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica / Graph Project and Electronic Edition

Wellington Pessoa

Impressão / Impression

Kaco - Gráfica e Editoração
www.kacografica.com.br

ÍNDICE

Apresentação	5
 Parte I	
JUSTIÇA FISCAL E SOCIAL versus ENDIVIDAMENTO & LAVAGEM DE DINHEIRO	
Introdução	7
Cidadania e Financiamento do Estado	8
Sistema Tributário Brasileiro	11
Reforma Tributária	12
Carga Tributária no Brasil	13
Recordes de Arrecadação	13
Outras Injustiças Inaceitáveis	15
Sonegação e Impunidade	19
Contrabando	20
Removendo as Injustiças	21
Controle do Fluxo de Capitais e Endividamento	22
Governo Lula: A Dependência Continua	32
 Parte II	
OS PASSOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA: UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	
Introdução	33
Experiência Brasileira: Auditoria CIDADÃ da Dívida	35
Resgate Histórico da Dívida	37
Estudo sobre a evolução da Dívida Externa	37
Coleta de Documentos	45
Análise da Documentação Obtida	46
Acompanhamento dos Fatos Atuais	51
Compilação de Argumentos Jurídicos	60
Conclusão	62

BIBLIOGRAFIA / REFERENCES

Arruda, Marcos (1999). *Brazil and the International Financial Crisis*, Londres, Pluto Press, Christian Aid and the Transnational Institute.

Arruda, Marcos (1999). *Dívida E(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas*. Ed. Vozes.

Belluzzo, L. Gonzaga; Carneiro, Ricardo (2003). *O Paradoxo da Credibilidade*. Política Econômica em Foco, Set/Dez/ 2003, Unicamp.

Campanha Jubileu Sul (2002). *Auditoria Cidadã da Dívida*.

Fórum Brasil Cidadão (2003). *Justiça Fiscal e Social para Reconstruir o Brasil*. Ed. X Comunicação e Marketing Ltda.

Fundo Monetário Internacional (2003). *World Economic Outlook (Perspectiva Econômica Mundial)*. Setembro,

Gonçalves, Reinaldo (2003). *Lições da Era Vargas*. In Fattorelli, M. Lucia (org) *Auditoria da Dívida Externa: Questão de Soberania*, Ed. Contraponto.

Gonçalves, Reinaldo; Pomar, Valter (2000). *O Brasil Endividado*. Ed Fundação Perseu Abramo.

Jordão, Rogério Pacheco (2000). *Crime Quase Perfeito - Corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil*. Ed. Perseu Abramo.

Rezende, Fernando; Oliveira, Fabrício Augusto (2003). *Descentralização e Federalismo Fiscal no Brasil: desafios da Reforma Tributária*. Ed. FGV.

Romantini (2002). *O desenvolvimento institucional do combate à lavagem de dinheiro no Brasil desde a lei 9613/98*. Tese de Mestrado, Unicamp.

Senado Federal (1987). *Relatório da Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa*.

Senado Federal (1989). *Relatório da Comissão Mista de Análise e Perícia dos Atos e Fatos Geradores do Endividamento Externo Brasileiro*.

Stédile, João Pedro (2003). A questão agrária é o Problema da Sociedade Brasileira.

Toussaint, Eric (2003). *Acordo com o FMI, estágio atual da Auditoria da Dívida e as responsabilidades do Governo Lula*. Artigo, www.jubileubrasil.org.br.

APRESENTAÇÃO

O presente caderno é uma contribuição do UNAFISCO SINDICAL - Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal ao debate sobre a política fiscal como mecanismo de financiamento do Estado e promoção de distribuição de renda, crescimento econômico e equilíbrio federativo. Abordaremos, também, a urgente necessidade de realizar o controle dos fluxos financeiros - cuja liberdade excessiva tem viabilizado as nocivas operações de lavagem de dinheiro - e o endividamento público, processo histórico que tem impedido nossos países de assumir seu verdadeiro destino de nação livre, soberana, que respeite os direitos humanos e garanta vida digna para todos os seus filhos.

Responsáveis pela fiscalização e arrecadação de tributos e contribuições federais, sentimos-nos não só com legitimidade, mas com o dever de acompanhar o contínuo aumento da carga tributária brasileira - de forma injusta e regressiva - e o conseqüente comprometimento das receitas que ajudamos a arrecadar exclusivamente com o pagamento dos juros da dívida, enquanto as necessidades do País e os direitos humanos mais básicos dos nossos irmãos não são supridos pelo Estado.

Entendemos que as profundas mudanças que precisam ocorrer tanto na política fiscal quanto nas questões do controle de capitais e endividamento público dependerão de firme e contundente exigência da sociedade, a partir de sua mobilização consciente. Daí a importância das campanhas de esclarecimento e das diversas iniciativas de articulação das forças vivas da sociedade nacional e internacional.

O IV Fórum Social Mundial é uma oportunidade vital para a socialização de informações e experiências, fortalecendo essa necessária e urgente articulação internacional, especialmente no momento em que o imperialismo e a militarização avançam sobre os países do Terceiro Mundo.

Organizamos o presente caderno em duas partes.

Na parte I - Justiça Fiscal e Social versus Endividamento e Lavagem de Dinheiro - na qual abordamos a nossa luta pela Justiça Fiscal,

PRESENTATION

This text is a contribution of the UNAFISCO SINDICAL - Union of Tax Fiscals of the Brazilian Federal Government - to the debate about the tax policy as a mechanism of financing of the State and promotion the income distribution, economic growth and federative balance. We will also approach the urgent necessity to control the financial flows - whose extreme freedom has made possible the harmful operations of money laundering - and the public indebtedness, that has prevented our countries from assuming their own destination of free nations, sovereign, that respects the human rights and guarantees worthy life for all their children.

Responsible for the fiscalization and collection of federal tributes, we feel ourselves not only with the legitimacy, but with the duty to denounce the continuous increase of the Brazilian tax burden - with an unjust and regressive form - and the engagement of the budget - we help to collect - exclusively to the payment of the interests of the public debt, while the necessities of the Country and the most basic human rights of our brothers are not supplied by State.

We understand that the deep changes that need occur in the tax policy, in the capitals flows and public indebtedness will depend on strongly claim of the society, from its conscientious mobilization. So, the importance of the information campaigns and the diverse initiatives of the alive force articulation of the national and international society.

The IV World Social Forum is an important chance for the socialization of information and experiences for the fortifying of this necessary and urgent international articulation, especially at the moment when the imperialism and the militarization advance on the countries of the Third World.

We organized this text in two parts:

In Part I - Fiscal and Social Justice X Indebtedness and Money Laundering - in which we approach our fight in support Fiscal Justice, we defend a tributary model that respects the

defendemos um modelo tributário que respeite os princípios constitucionais da progressividade e capacidade contributiva, que preserve o pacto federativo, inserido dentro de uma política fiscal mais ampla que priorize a alocação de recursos em favor de programas sociais e de infraestrutura absolutamente inadiáveis, capaz de promover distribuição de renda. Ao lado disso, é necessário proceder a uma mudança substantiva nas políticas monetária e cambial, com drástica redução da taxa de juros básica da economia e rigoroso controle dos fluxos de capitais, sendo essa última essencial para barrar a sangria dos recursos que fogem do País diariamente, o que aumenta nossa dependência de capitais externos e pressiona a própria taxa de juros. A realização da auditoria da Dívida Externa, tal como prevê a Constituição Federal, é o instrumento que revelará toda a verdade sobre esse questionável processo de endividamento, permitindo a adoção de ações no sentido de reduzir o montante das Dívidas Interna e Externa.

Denunciamos também o contrabando, a evasão de divisas, as contumazes anistias fiscais aos grandes sonegadores, as constantes isenções aos que mais se beneficiam desta política desumana de endividamento público, o ataque cruel às já assaltadas rendas do trabalho por meio do congelamento da tabela do Imposto de Renda e do aumento dos tributos sobre o consumo de produtos - inclusive da cesta básica. Essas são as bases das campanhas cidadãs que fazem a história e o nome deste Sindicato.

Na parte II - “Os Passos da Auditoria Cidadã da Dívida: Uma Experiência Brasileira” - relatamos os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela coordenação da Auditoria Cidadã no Brasil, Movimento inserido na Campanha Jubileu Sul. O objetivo da divulgação desses trabalhos é estimular a realização de movimentos pela auditoria, a criação de campanhas de conscientização popular e a adoção de estratégias conjuntas pelos países endividados, de maneira articulada, respeitando-se as peculiaridades de cada país, mas fortalecendo a construção de uma alternativa viável, que efetivamente reduza o montante das dívidas, sabidamente ilegais e ilegítimas.

constitutional principles of the progressive tax system and tax-paying ability, that preserves the federative pact, inserted inside of a wider tax policy that prioritizes the allocation of resources in favor of absolutely urgent infrastructure and social programs, capable to promote income distribution. In addition to this, it is necessary to proceed a substantive change in the monetary and cambial policies, with drastic reduction of the interest rate of the economy and rigorous control of the flows of capitals, essential to stop the bleeding of the resources that run away daily from the Country, what increases our dependence of external capitals and pressures the interest rate. The accomplishment of the External Debt auditing, such as Brazilian Federal Constitution orders, it is the instrument that will disclose all the truth about this questionable process of indebtedness, which allows the adoption of actions to reduce the sum of the Internal and External Debts.

We also denounce the contraband, the capital evasion, the contumacious amnesty to the great tax evaders, the constant tax exemptions to those who most benefit from this public indebtedness polity, the perverse attack to the already assaulted wage incomes by the inadequacy of the Income tax table and the increase of the tributes that burden the consumption of products - also food. These are the basis of the citizen campaigns that make the history and the name of this Union.

In part II - “The Steps of the Citizen Debt Auditing: a Brazilian Experience” - We show the works being developed by the coordination of the Citizen Debt Auditing in Brazil, Movement inserted in the Jubilee South Campaign. The objective of the spreading of these works is stimulate the accomplishment of movements for the auditing, the creation of campaigns of popular awareness and the adoption of articulation strategies by the indebted countries, to respect peculiarities of each country, but to fortify the construction of a viable alternative, that effectively reduces the sum of the debts, whose illegal and illegitimate characteristic is greatly known.

Esperamos, com este trabalho, socializar informações, estudos e propostas que poderão ser úteis nesse processo de organização social e articulação internacional visando à construção de um outro mundo, possível, no qual prevaleçam a Justiça e a Ética em todas as relações.

We hope, with this work, socialize information, studies and proposals that could be useful in this process of social organization and international articulation to aim at the construction of another world, possibly, in which Justice and the Ethics prevail in all the relations.

PARTE I

PART I

**JUSTIÇA FISCAL E SOCIAL
versus
ENDIVIDAMENTO E LAVAGEM
DE DINHEIRO**

**FISCAL AND SOCIAL JUSTICE
X
INDEBTEDNESS AND MONEY
LAUNDERING**

INTRODUÇÃO

INTRODUCTION

O quadro de injustiças sociais é crescente, tanto no Brasil como nos demais países do mundo.

The social injustices is increasing, in Brazil and in other countries of the world.

A questão fiscal - que envolve tanto a arrecadação de tributos quanto a aplicação dos recursos - não tem sido enfrentada como deveria, pois o modelo tributário vigente no Brasil tem propiciado a concentração de renda e preservado os privilégios do grande capital, dos lucros, das grandes fortunas e heranças, enquanto onera os trabalhadores e consumidores. Por sua vez, a aplicação dos recursos privilegia os encargos da dívida pública, em detrimento do atendimento das necessidades básicas do povo brasileiro.

The fiscal issue - what involves the collection of tributes and the application of the resources - has not been faced sufficiently, because the effective tributary model in Brazil has propitiated the concentration of income and preserved the privileges of the big capital, richnesses and inheritances, while it burdens the workers and consumers. In turn, the application of the resources increases the public debt payments, generating the lack of attendance to the basic necessities of the brazilian people.

Os recursos que faltam nas mãos do Estado, necessários ao cumprimento de seu papel garantidor dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal - educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados - transbordam nas operações financeiras de lavagem de dinheiro, fruto da corrupção, sonegação, contrabando e demais crimes.

The resources that lack in the hands of the State, necessary to the fulfilment of its function - guarantee the social rights foreseen in the 6th article of the Federal Constitution: education, health, work, housing, leisure, security, social welfare, protection to the maternity and infancy, assistance to the abandoned ones - overflow in the financial operations of money laundering, result of the corruption, tax evasion, contraband and other crimes.

Abordaremos, a seguir, os principais aspectos do modelo tributário em vigor que

We will approach the main aspects of the tributary model that need to be modified, the

precisam ser modificados, as distorções a serem corrigidas, bem como os fundamentos a serem observados para que consigamos implementar o efetivo controle de capitais em nosso País.

CIDADANIA E FINANCIAMENTO DO ESTADO

Os Estados precisam de recursos para financiar as suas ações e implementar as políticas necessárias ao desenvolvimento do País. É por meio dos tributos pagos pela sociedade que são arrecadados os recursos que garantirão a prestação dos serviços públicos e o funcionamento dos três entes da Federação - União, Estados e Municípios. Os cidadãos precisam estar conscientes de que a alocação dos recursos provenientes dos impostos que todos pagamos é questão de prioridade, que pode ser influenciada pela efetiva participação social em todas as fases do processo orçamentário. Assim, o controle democrático dos orçamentos públicos é essencial na construção de uma verdadeira democracia social. Participando do financiamento do Estado por meio do recolhimento de tributos e do controle sobre os orçamentos públicos, pessoas e empresas exercem a cidadania.

A via mais óbvia de distribuição de renda, promovendo-se Justiça Fiscal e Social, se faz exatamente através do sistema tributário, mediante a extração de parcela dos ganhos das camadas mais ricas da sociedade, que em seguida devem ser convertidos pelo Estado em serviços públicos essenciais para as camadas mais pobres, garantindo a todos os cidadãos o direito a uma vida digna, com acesso a saúde, educação, moradia, emprego.

O modelo tributário também deve garantir - por meio de incentivos fiscais - recursos suficientes à realização dos investimentos públicos estratégicos e essenciais à continuidade do crescimento econômico, gerador de empregos e de desenvolvimento.

Na prática, o sistema tributário brasileiro contém sérias distorções, apresentando-se como um inadequado e problemático mecanismo de financiamento da Federação. Também tem aprofundado as injustiças, na medida em que propicia o acirramento da concentração da renda e da riqueza e onera

distortions to be corrected, as well as the beddings to be observed to implement the effective of capital control in our Country.

CITIZENSHIP AND STATE FINANCING

The States need resources to finance its actions and to implement the necessary policies to the development of the Country. It is through tributes paid by the society that are collected the resources that will guarantee the installment of the public services and the functioning of the three entities of the Federation - Federal, States and Cities. The citizens need to be conscientious that the allocation of the resources proceeding from the taxes we pay is a political question, that can be influenced by the effective social participation in all the phases of the budgetary process. Thus, the democratic control of the public budgets is essential in the construction of a true social democracy. To participate of the financing of the State through the collect of tributes and of the control on the public budgets, people and companies exert the citizenship.

The most obvious way of income distribution, in the promotion of Fiscal and Social Justice, is accurately made through the tributary system by means of the extration of part of the profits of the richest society layers, that must be converted by the State into essential public services for the poorest society layers, to guarante to all the citizens the right to a worthy life, with access the health, education, housing, job.

The tributary model also must guarantee - by means of tax incentives - enough resources to the accomplishment of the strategical and essential public investments to the continuity of the economic growth, which generates jobs and development.

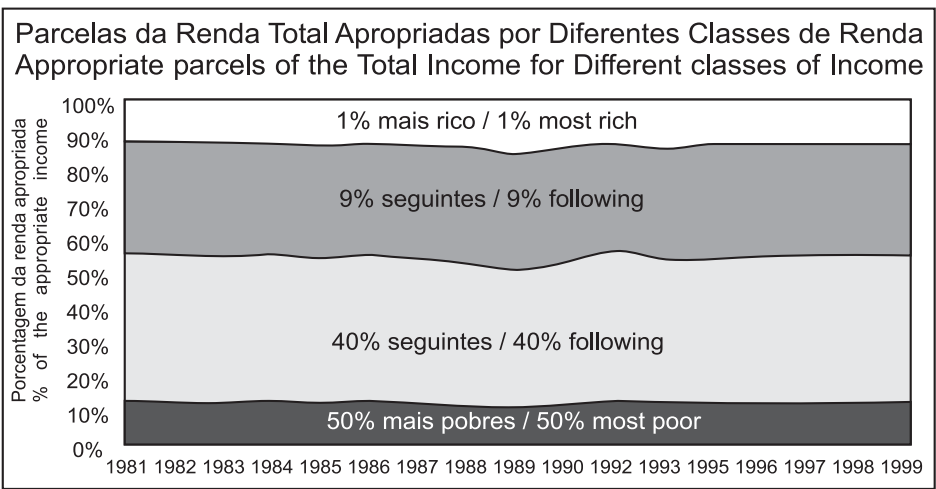
In a practical way, the Brazilian tributary system contains serious distortions: it presents itself as an inadequate and problematic mechanism of financing of the Federation. Also it has deepened the injustices, in the same way it propitiates the growth of wealth and of income concentration while it burdens the diligent class and the consumers, mainly the

proporcionalmente mais a classe trabalhadora e os consumidores, principalmente os de mais baixa renda, privilegiando o grande capital, lucros,

fortunas e heranças. No Brasil, a concentração de renda é absurda: o 1% mais rico da população possui a mesma fatia da renda nacional ganha pelos 50% mais pobres!

O modelo tributário brasileiro - e em diversos países do Terceiro Mundo - vem adotando sistematicamente a opção pelos tributos que incidem sobre o consumo, suportados de forma indireta pela sociedade, que sequer sabe que está pagando a conta. Essa opção está em consonância com o atendimento de metas de arrecadação vinculadas ao compromisso com o FMI de gerar elevados e crescentes superávits primários nas contas públicas. Curiosamente, esta opção não é seguida pelos países desenvolvidos, que tributam mais pesadamente a renda e o patrimônio.

O complexo e injusto modelo adotado acaba por inibir atividades econômicas produtivas, travando o crescimento econômico, enquanto beneficia especialmente o sistema



Fonte: Elaborado pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, a partir da PNAD. Retirado do Estudo "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", do Ministério da Fazenda.
Source: Elaborated by Direction of Social Studies of the IPEA, from the PNAD (National Research by Sample of Domiciles). In "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", Treasury Department.

ones of lower income; it privileges the great capital, profits, riches and inheritances. In Brazil, the income concentration is absurd: 1% most rich part of

population possesses the same slice of the national income earned by 50% most poor part!

The Brazilian tributary model - and in diverse countries of the Third World - systematically adopts the option for the tributes that happen on the consumption, supported in an indirect form by the society, that at least knows that it is paying the account. This option is in accord with the accomplishment of tax revenue goals due to the commitment with IMF, to generate high and increasing primary surpluses in the public accounts. Curiously, this option is not followed

by the developed countries, that tax the income and the patrimony more heavily.

The complex and unjust adopted model has inhibited the

productive economical activities, stopping the economic growth, while it benefits the financial system especially and it allows the free movement of volatile capitals.

The distortions also reach the tributary administration, paradoxically made fragile by

Estrutura Tributária em países selecionados (exclusive Previdência)			
Tributary Structure in selected countries (without Public Pension)			
Grupo de Países / Countries	Carga Tributária (% da arrecadação não previdenciária) Tax Burden (% of the tax burden without public pension)		
	Propriedade / Patrimony	Renda / Income	Bens e serviços / Goods and Services
Países de renda alta / Developed Countries	6,7	46,1	32,8
América Latina / Latin America	4,5	23,8	47,4
Brasil (2002)	4,3	26,4	62,4

Fonte: FMI e Secretaria da Receita Federal / Source: IMF and Brazilian Revenue Secretary
- Países Desenvolvidos / Developed Countries: Média dos países (average of countries) Noruega, Dinamarca, Suécia, Estados Unidos, França, Japão, Áustria, Holanda, Canadá, Cingapura, Alemanha, Reino Unido, Austrália e Itália.
- Países da América Latina / Latin America countries: Média dos países (average of countries) Brasil, Argentina, Chile, Costa Rica, Venezuela, Panamá, Peru, México, Bolívia.
Nota: Os dados dos demais países são referentes aos anos de 1987 a 1994 e foram obtidos a partir do Texto para Discussão n. 583, do IPEA, "Uma Análise da Carga Tributária no Brasil", de 1998.

financeiro e permite a livre movimentação de capitais voláteis.

As distorções também atingem a administração tributária, paradoxalmente fragilizada pela insuficiência de investimentos necessários, redução de pessoal, extinção de instrumentos coercitivos, acompanhada de instituição de amarras ao trabalho fiscal e flexibilização das normas de controle aduaneiro e de movimentação de capitais.

the insufficiency of necessary investments, reduction of staff, extinction of coercitive instruments, followed by the limitations to the fiscal work and the flexibilization of the norms of customs control and of the movement of capitals.

The Brazilian tributary administration has not succeeded in withholding the proliferation of the crimes of fiscal tax evasion, contraband and embezzlement, and is below the necessary

Administrações tributárias de países selecionados Tributary Administrations of selected countries						
PAÍS / COUNTRY	Ano / Year	Servidores / Public Workers	População / Population	Área Geográfica / Geographical Area (Km 2)	Servidores (public workers) / 1000 habitantes	Servidores (public workers) / 1000 km2
Reino Unido	1997	81.000	48.320.000	130.410	1,68	621,12
França	1997	83.866	57.680.680	547.026	1,45	153,31
Espanha	1994	27.511	38.640.000	504.750	0,71	54,50
Portugal	1996	3.484	9.961.000	91.985	0,35	37,88
Costa Rica	1994	942	3.285.000	51.100	0,29	18,43
EUA	1995	114.064	259.390.000	9.809.481	0,44	11,63
Guatemala	1996	1.266	10.510.000	108.889	0,12	11,63
Uruguai	1995	1.629	3.181.000	177.414	0,51	9,18
Equador	1995	1.442	10.515.000	272.045	0,14	5,30
Venezuela	1996	3.389	20.460.000	912.050	0,17	3,72
Chile	1995	2.626	13.795.000	756.626	0,19	3,47
Brasil	1998	18.046	151.310.000	8.511.996	0,12	2,12
Peru	1995	2.492	23.305.000	1.285.216	0,11	1,94

Fonte / Source: Unafisco Sindical

Assim, a administração tributária brasileira não tem conseguido deter a proliferação dos crimes de sonegação fiscal, contrabando e descaminho, encontrando-nos muito aquém da necessária condição para colaborar com as autoridades monetárias, policiais, o Ministério Público e a Justiça na identificação de operações que caracterizem a prática de crimes cambiais, corrupção e de delitos praticados pelas organizações mafiosas que operam em território brasileiro. Na verdade, a fragilidade da administração tributária faz parte de um amplo quadro de desmonte das instituições do Estado brasileiro, consequência de todo o nosso passado patrimonialista, aguçada, nos últimos tempos, por mais de uma década de práticas neoliberais por parte de nossos governantes. Esses fatos têm conduzido à generalização da violência e à instalação de um quadro de impunidade, que tanto prejudicam a economia do País e seus cidadãos.

condition to collaborate with the monetary and police authorities, the Public prosecution service and Justice in the identification of operations of cambial crimes, corruption and of delicts by the mafia organizations that operate in Brazilian territory. In the truth, the fragility of the tributary administration is part of an ample picture of dismounting of the brazilian state institutions, a consequence of all our patrimonialist past, sharpened, in the last times, for more than one decade of neoliberal practices by our governors. These facts have led to the generalization of the violence and the installation of a impunity picture, that harm the economy of the Country and its citizens.

SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

A Constituição Federal do Brasil organiza o Sistema Tributário Nacional a partir dos três entes da Federação - União, Estados e Municípios - determinando suas respectivas competências para instituir tributos que incidirão sobre patrimônio, renda e atividades econômicas, tais como industrialização, operações comerciais, financeiras, exportação, importação, etc.

A Constituição também lista os princípios que devem ser observados no momento da instituição e cobrança de tributos, merecendo destaque a graduação segundo a capacidade econômica do contribuinte e a progressividade.

A Constituição cuida, ainda, da repartição das receitas arrecadadas entre os entes da Federação, de forma a garantir que cada um obtenha os recursos necessários ao financiamento das atividades que lhe cabem.

Na prática, a grande maioria dos recursos arrecadados fica em poder da União sendo destinada ao pagamento dos encargos da dívida pública, em detrimento dos gastos sociais e investimentos.

O pacto federativo é ameaçado na medida em que os representantes das demais esferas passam a ficar dependentes de liberações de verbas federais que venham a viabilizar a prestação de serviços à população. O desequilíbrio regional se acentua, pois as regiões politicamente mais fortes são exatamente as mais desenvolvidas, com maior poder de barganha.

Os princípios constitucionais têm sido sistematicamente violados, pois a tributação indireta não respeita a capacidade contributiva e praticamente não existe progressividade. Além disso, o imposto de renda, principal tributo direto, está longe de atender aos princípios

THE BRAZILIAN TRIBUTARY SYSTEM

The Federal Constitution of Brazil organizes the National Tributary System from the three entities of the Federation - Federal, States and Cities - which determines the respective abilities to institute tributes that will happen on patrimony, income and economic activities, such as industrialization, commercial transactions, financial, exportation, importation, etc.

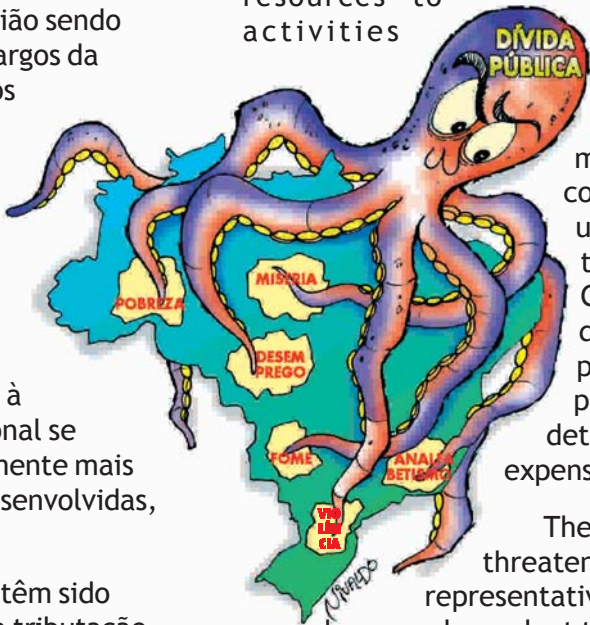
The Constitution also lists the principles that must be observed at the moment of the institution and collection of tributes, as the economic capacity the contributor - according with his tax payment capacity - and the progressivity.

The Constitution takes care of, still, of the distribution of revenue receipts among the entities of the Federation, in order to guarantee that each one gets the necessary resources to the financing of the activities that fit to them.

In the practical way, the great majority of the collected resources is under the power of the Federal Government, to be destined to the payment of the the public debt, to the detriment of the social expenses and investments.

The federative pact is threatened, in a way that the representatives of all the spheres become dependent to the releases of federal money that make possible the rendering of services to the population.

The regional disequilibrium accents itself, because the politically strongest regions are accurately the less



Orçamento Federal em 2004 Gastos Selecionados	
Federal Budget on 2004 - Selected Expenses	
Tipo de Despesa / Kind of expense	R\$ bilhões / R\$ billion
Saúde / Health	32
Educação / Education	14
Habitação / Habitation	0,3
Reforma Agrária / Land Reform	1
Segurança Pública / Public Security	2
Juros da Dívida Pública / Public Debt Interest	117
Fonte: Orçamento 2004 / Source: Public Budget of 2004	

constitucionais da generalidade e universalidade, pois deixa de incidir sobre uma série de manifestações da riqueza, como, por exemplo a distribuição de lucros e sua remessa para o exterior.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O Congresso Nacional aprovou, nos últimos dias de 2003, mais um projeto de reforma tributária, que não conseguiu alterar as principais distorções do sistema brasileiro. Seu principal foco foi a garantia de continuidade da exigência de CPMF - Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira e a manutenção da DRU - Desvinculação das Receitas da União, mecanismo que permite a utilização, para o pagamento de juros da dívida pública, de receitas vinculadas à saúde, educação e assistência.

A reforma tributária necessária ao Brasil, que atenda aos princípios de justiça fiscal, de distribuição de renda e respeito ao pacto federativo, deve obedecer aos seguintes pontos fundamentais:

- o sistema tributário deve ter como objetivos o crescimento econômico, a criação de empregos, a redução da dependência de capitais externos, a eliminação da pobreza, as justiças fiscal e social e o desenvolvimento sustentado;
- a instituição de qualquer tributo deverá, necessariamente, atender ao critério da distribuição de renda e riqueza, que será efetivada, entre outras formas, mediante a imunidade tributária da cesta básica, do mínimo existencial e da produção e circulação de remédios;
- o sistema deverá refletir os princípios da isonomia, generalidade e universalidade;
- a capacidade contributiva deve ser utilizada como critério para graduação dos tributos e para distinguir os iguais dos desiguais;
- os tributos devem ser, preferencialmente, não-cumulativos;
- a tributação sobre bens, produtos e serviços deve ser seletiva em função da essencialidade;
- a tributação será, preferencialmente, direta, de caráter pessoal e progressiva;

developed regions, with greater bargaining power. The constitutional principles have been systematically violated, because the indirect taxation does not respect the tax-paying ability and progressivity practically does not exist. Moreover, the income tax, the main direct tribute, is far from taking care of the constitutional principles of the generality and universality, because it does not happen on a series of manifestations of the wealth, as, for example the distribution of profits and its remittance to the exterior.

THE TRIBUTARY REFORM

The National Congress approved, in the last days of 2003, another project of tax reform, that did not succeed in modifying the main distortions of the Brazilian system. Its main focus was the guarantee of continuity of the CPMF requirement - Provisory contribution on the Financial Movement and the maintenance of the DRU - Dissociation of the Revenue of the Federal Government, mechanism that allows the use, for the payment of interests of the public debt, resources constitutionally destined to health, education and assistance.

The necessary tax reformation in Brazil, that takes care of the principles of fiscal justice, distribution of income and that respects the federative pact, must follow the following basic points:

- The tributary system must have the goal of the economical growth, the job creation, the reduction of dependence on external capitals, the elimination of poverty, social and fiscal justice, and the sustainable development;
- the institution of any tribute will have, necessarily, to take care of the criterion of the distribution of income and wealth, that will be accomplished, among others by means of the immunity tax of the basic food and another expenses, as medicine;
- the system will have to reflect the principles of the isonomy, generality and universality;
- the tax-paying ability must be used as criterion for graduation of the tributes and to distinguish the poor people from the rich people;

- todo o sistema tributário deve buscar um equilíbrio entre o fator trabalho e o fator capital.

CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

A carga tributária brasileira alcança hoje cerca de 36% do PIB - Produto Interno Bruto, que representa toda a riqueza produzida no País no período de um ano - tendo crescido de forma agressiva nos últimos anos. Saltamos de uma carga média de 24% do PIB na década de 80 para uma média de 29% do PIB na década seguinte. Em 2003 atingimos esse recorde histórico: cerca de 36% do PIB - sem sombra de dúvidas a maior carga tributária dentre os chamados países em desenvolvimento e superior mesmo à de alguns países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América. O pior: apesar de o Estado, especialmente a União, estar arrecadando cada vez mais, a qualidade dos serviços públicos e a infra-estrutura do País entraram em franco processo de deterioração nos últimos vinte anos.

Por isso, não temos dúvida em afirmar que a carga brasileira é excessivamente elevada, se comparada com o retorno oferecido à sociedade em serviços públicos e assistência social.

Mas a maior perversidade reside no fato de ela incidir principalmente sobre os trabalhadores e consumidores.

RECORDES DE ARRECADAÇÃO

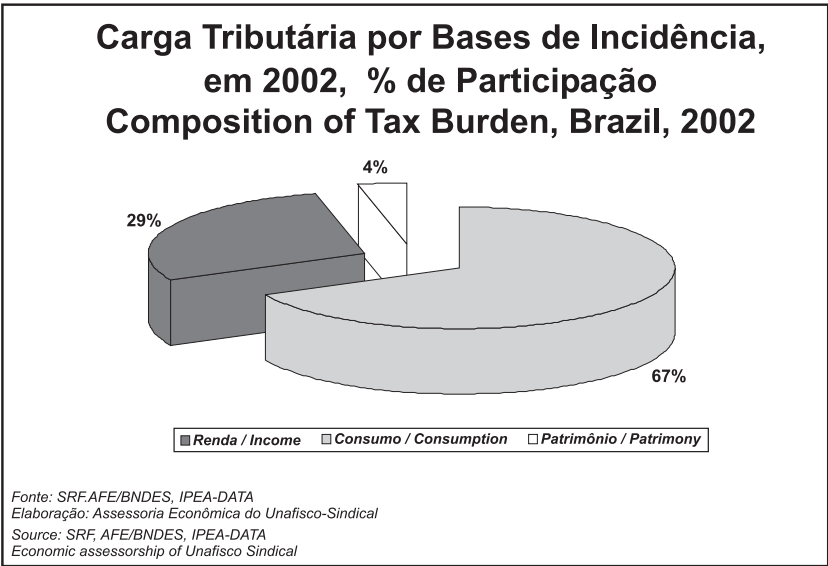
Apesar da falta de investimentos adequados, quantitativo insuficiente, mal remunerado, e da legislação recheada de

- the tributes must be, preferentially, not-cumulative;
- the taxation on goods, products and services must be selective according to the essentiality;
- the taxation will be, preferentially, direct, with personal and gradual character;
- all the tax incidence must search a balance between the work and the capital factors.

TAX BURDEN IN BRAZIL

The Brazilian tax burden reaches today about 36% of the GDP - Gross Domestic Product,

that represents all the wealth produced in the Country in the period of one year - and it has grown aggressively on the last years. We have jumped from an average load of 24% of the GDP in the decade of 80 to an average of 29% of the GDP in the following



decade. In 2003 we reached this historical record: about 36% of the GDP - without any doubts the biggest tax burden amongst the so called developing countries and even superior than some developed countries, as the United States of America. The worst: although the State, especially the Federal, is collecting each time more, the quality of the public services and the infrastructure of the Country had entered in frank process of deterioration in the last twenty years.

Therefore, we do not have doubt in affirming that the Brazilian tax burden is excessively high, if compared to the return of public services and social assistance offered by government. But the greatest perversity is that this tributary structure mainly burden the workers and consumers.

injustiças e brechas, que possibilitam evasão fiscal, a administração tributária tem batido recordes de arrecadação a cada ano.

O crescimento significativo da arrecadação nos últimos anos - em

termos reais e como proporção do PIB - foi obtido graças à exigência de contribuições que não são repartidas com estados e municípios, mas oneram o consumidor, como a CPMF, o PIS - Contribuição ao Programa de Integração Social, e a Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. O aumento da arrecadação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF - também contribuiu para o recorde de arrecadação, especialmente devido à falta de atualização anual da tabela, o que faz com que meros reajustes salariais configurem aumento do pagamento do imposto. Isso caracteriza um verdadeiro confisco sobre a renda dos trabalhadores.

É preciso ressaltar que todo o acréscimo de arrecadação tributária verificado nos últimos anos foi transferido para o pagamento de juros da dívida pública, denunciando que o sacrifício imposto aos cidadãos, mais onerados com o pagamento de tributos, não está sendo

O Confisco Representado pelo Congelamento da Tabela do IRPF The Confiscation Represented by the Not-Readjustment of the Table of IRPF	
ANO / YEAR	VALOR (R\$ bilhões) / VALUE (R\$ billion)
1 9 9 7	1 , 3
1 9 9 8	1 , 8
1 9 9 9	2 , 5
2 0 0 0	3 , 5
2 0 0 1	5 , 3
T o t a l	1 4 , 4
2 0 0 2 (*)	2 , 1

Elaboração: Unafisco:
(*) Estimativa do Confisco do Imposto de Renda mesmo com a correção da tabela em 17,5%
Source: Unafisco.
(*) Estimate of confiscation, despite the 17,5% table readjustment.

TAX REVENUE RECORDS

Despite the lack of adjusted investments, insufficient number of - badly remunerated - public workers, and of the plentyof injustices and legislation breaches that

make possible fiscal evasion, the brazilian tributary administration has beaten records of tax revenues each year. The significant growth of the tax revenues in the last years - in real terms and as ratio of the GDP - was obtained thanks to the contribution requirements that is not distributed with states and cities, but burdens the consumer, as the CPMF, the PIS - Contribution to the Program of Social Integration, and the Cofins - Contribution for the Financing of the Social Security. The increase of the collection of the Income tax of the Physical People - IRPF - also contributed for the collection record, especially due to lack of annual update of the table, what makes that mere wage readjustments configure as increase of the payment of the tax. This characterizes a true confiscation of the worker income.

All the addition of collection tax verified in the last years was transferred to the payment of

Carga Tributária e Gastos com juros (% do PIB) - União, Estados e Municípios Tax burden and public expenses with debt interests (% of the GNP) - Union, States and Cities		
ANO / YEAR	CARGA TRIBUTÁRIA / TAX BURDEN	JUROS / INTERESTS
1995	28	7
1996	28	6
1997	29	5
1998	30	8
1999	32	13
2000	33	8
2001	34	9
2002	36	14
Variação 1995 - 2002 / Variation 1995 - 2002	7	7
Fonte: Banco Central e Receita Federal / Source: Brazilian Central Bank and Brazilian Revenue Secretary Nota: Os totais podem conter imprecisões por conta do arredondamento. Note: The totals can contain variations, due to the lack of decimal places		

revertido à sociedade sob a forma de serviços públicos, mas sim esterilizados na produção de superávit primário.

OUTRAS INJUSTIÇAS INACEITÁVEIS

IRPF

A tributação das pessoas físicas é extremamente injusta no Brasil. Existem apenas duas alíquotas, muito próximas, desrespeitando-se a determinação constitucional de respeito à progressividade. O limite de isenção é baixíssimo, em torno de US\$ 350,00 por mês, fazendo com que rendas inferiores ao mínimo existencial - valor dos gastos mínimos com alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação - sejam alcançados pela incidência do Imposto de Renda.

Os países que praticam um modelo mais próximo da justiça fiscal possuem várias alíquotas e geralmente iniciam a tributação a partir do patamar de 5%, com intervalos bem mais amplos que o verificado no Brasil, onde, a partir da módica renda de R\$ 1.058,00 mensais, o trabalhador fica sujeito à alíquota de 15%. A partir de R\$ 2.115,00, o contribuinte sujeita-se à alíquota de 27,5%.

Enquanto a classe trabalhadora sofre a tributação sobre seus salários na fonte, os lucros distribuídos aos sócios de empresas é isento de tributos.

Outra injustiça está na limitação da dedução dos gastos com educação e no impedimento da dedução de gastos com medicamentos, que representa uma das maiores despesas da população mais idosa.

A tributação excessiva sobre a classe trabalhadora no Brasil gera um ciclo negativo e inibidor do crescimento econômico, na medida em que retira a capacidade de consumo da grande maioria da população. Sem renda, não há consumo. Sem consumo, não há produção. Sem produção, não há emprego, provocando nova queda da renda nas mãos da população que sucessivamente impulsionará o ciclo negativo.

interests of the public debt, what is a proof that the sacrifice of the citizens, more burdened with the payment of tributes, are not reverted to the society as public services, but they are destined to the production of primary surplus.

OTHER UNACCEPTABLE INJUSTICES

IRPF - Imposto de Renda da Pessoa Física “People Income Tax”

The taxation of the people is extremely unjust in Brazil. Only two aliquots exist, and they are very similar, what disrespects the constitutional determination of progressivity. The exemption limit is very low, around US\$ 350,00 a month, that makes the incomes inferior to the existencial minimum - value of the minimum expenses with feeding, clothes, housing, health and education - be reached by the incidence of the Income tax.

The countries that practice a model more next to fiscal justice possess several aliquots and generally they initiate the taxation from the 5% aliquot, with intervals well ampler than the verified one in Brazil, where, from the little monthly income of US\$ 350, the worker is subject to the aliquot one of 15%. From US\$ 700, the contributing one is subjected to the aliquot of 27,5%.

While the diligent class suffers due to the taxation on its wages, the profits distributed to the partners of companies are exempt of tributes.

Another injustice is in the limitation of the deduction of the expenses with education and in the impediment of the deduction of expenses with medicines, that is one of the biggest expenditures of the most aged population.

The extreme taxation on the diligent class in Brazil generates a negative and inhibiting cycle of the economic growth, in a way that it removes the capacity of consumption of the great majority of the population. Without income, it does not have consumption. Without consumption, it does not have production. Without production, it does not have job, that provokes a new income fall and that successively will stimulate the negative cycle.

ITR

A forma de incidência do Imposto Territorial Rural incentiva o latifúndio improdutivo e faz do Brasil o país de maior concentração de terras do mundo.

A agricultura no Brasil está voltada para a exportação, enquanto as estatísticas denunciam que um terço da população do País vive na miséria e passa FOME.



ITR - Imposto Territorial Rural “Rural Territorial Tax”

The form of incidence of the Agricultural Territorial Tax stimulates the unproductive large farm and transforms Brazil in the country of the biggest land concentration of the world.

Agriculture in Brazil is toward to the

exportation, while the statisticians denounce that one third of the population of the Country lives in the misery and HUNGER.

A QUESTÃO AGRÁRIA É O PROBLEMA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

“Nenhuma sociedade moderna se desenvolveu sem antes resolver o problema da concentração da propriedade da terra. Podemos dizer mais, é impossível construir uma sociedade minimamente democrática, se a propriedade da terra, no meio rural e nas cidades não for democratizada. Ou seja, se todos os cidadãos que pertencem a essa sociedade não tiverem os mesmos direitos de acesso a ela. Existem formas de enfrentar a questão agrária: a primeira delas é aplicar a Constituição no que diz respeito à desapropriação dos grandes latifúndios e terrenos baldios usados para especulação, e sua distribuição entre os que querem trabalhar. A segunda forma é o Estado adotar uma política agrícola que estimule a produção de alimentos para o mercado interno. E a terceira é justamente penalizar através dos impostos as grandes propriedades e fortunas, que acumulam os bens da natureza apenas para especular. O ITR recolhe apenas 250 milhões de reais por ano, em todo Brasil, isso equivale ao IPTU de um bairro apenas da cidade de São Paulo. Isso precisa mudar. Precisamos e podemos usar os impostos como uma forma de corrigir as distorções históricas da concentração de terra, riqueza e renda.”

João Pedro Stédile, economista, membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST)

THE AGRARIAN QUESTION IS THE PROBLEM OF THE BRAZILIAN SOCIETY

“No modern society has developed without solving the problem of land property concentration. It is impossible to construct a minimally democratic society, if the property of the land, in the agricultural and in the urban one is not democratized. Either, if all the citizens who belong to this society do not have the same rights of access to it. Forms exist to face the agrarian question: the first one of them is to apply the Constitution in that it says about the dispossession of the great large farms and strips of land for the speculation, and its distribution among those that want to work. The second form is the State to adopt one agricultural polities that stimulates the food production for the domestic market. And third is exactly to penalize through the taxes the great properties and riches, that accumulate the goods of the nature to only speculate. The ITR collects only 250 Real million per year, in all Brazil, this is equivalent to the land tax of a quarter only of the city of São Paulo. This needs to change. We need and we can use the taxes as a form to correct the historical distortions

IRPJ

Durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foram concedidos privilégios tributários ao grande capital, beneficiando-se especialmente os bancos, cujos lucros têm-se multiplicado a cada ano.

- Privilégio dos juros sobre o capital próprio

Trata-se de uma obra do governo FHC, que não existe em nenhum outro país e que até agora vem sendo mantida pelo governo Lula, eleito a partir da esperança por mudança e implantação de um “governo dos trabalhadores”. Trata-se de um privilégio criado para as rendas do capital, permitindo às grandes empresas capitalizadas reduzir seus lucros tributáveis a partir da dedução de despesa fictícia, denominada juros sobre o capital próprio. Como isso representa uma significativa economia tributária, as empresas passam a remunerar o capital do próprio dono ou sócios com juros, em vez de pagar dividendos, como ocorre em outros países. Os sócios e os acionistas que recebem esse rendimento, geralmente de valores expressivos, pagam apenas 15% de imposto de renda na fonte. Essa renúncia fiscal é, hoje, superior a R\$ 3,2 bilhões por ano, correspondente a US\$ 1,1 bilhão.

- Isenção da distribuição de lucros e dividendos e da remessa de lucros para o exterior

Desde 1996, os rendimentos das pessoas físicas provenientes de lucros ou dividendos não pagam imposto de renda, independentemente de serem residentes no país ou no exterior. Isso significa que as remessas de lucros ao exterior são isentas. Esse privilégio possibilita até que parcela dessa renda sequer seja tributada na pessoa jurídica, no caso das empresas optantes pelo lucro presumido.

Até 1995, o Brasil tributava esses rendimentos quando distribuídos aos sócios e acionistas, bem como os remetidos ao exterior.

A isenção dá um tratamento tributário extremamente desigual e injusto a pessoas com a mesma renda, pois a do capital é menos tributada que a do trabalho. Essa renúncia fiscal é de, aproximadamente, R\$ 6,4 bilhões por ano, ou US\$ 2,2 bilhões.

of the land concentration, wealth and income.”

JOÃO PEDRO STÉDILE, economist, member of the national direction of the Brazilian Movement of the Agricultural Workers Without Land (MST).

IRPJ - Imposto de Renda para Pessoa Jurídica “Income tax for Legal Entity”

During the neoliberal government of Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1995-2002) tributary privileges had been granted to the great capital, that benefited themselves especially the banks, whose profits have been multiplied each year.

- Privilege of the “interests on the proper capital”

This is a workmanship of government FHC, that does not exist in any other country and that so far it has been kept by the Lula government, elected from the hope for change and implantation of a “worker government”. It's a privilege created for the capital incomes, which allow the great capitalized companies to reduce its taxable profits from the deduction of fictitious expenditure, called “interests on the proper capital”. As this represents a significant economy tax, the companies start to remunerate the capital of the proper owner or partners with interests, instead of paying shares, as it occurs in other countries. The partners and the shareholders that receive this income, generally of expressive values, pay only 15% of income tax. This fiscal resignation is, today, superior the R\$ 3,2 billion per year, correspondent to US\$ 1.1 billion.

- Tax exemption of the profits and shares and of profits remittance for the exterior

Since 1996, the people incomes proceeding from profits or shares do not pay income tax, independently of being resident in the country or the exterior. This means that the remittances of profits to the exterior are tax exempt. This privilege makes possible that parcels of this income at least is taxed in the legal entity, in the case of the companies optionees for the profit vain.

- **Extinção do adicional sobre elevados lucros e redução de alíquotas.** Na era FHC, foi reduzida de 25% para 15% a alíquota do imposto de renda de pessoas jurídicas, e de 15% para 10% o adicional sobre o imposto devido pelos bancos, os maiores beneficiados, que auferem lucros espetaculares.

Nenhuma dessas injustiças tributárias foi atacada pelo Projeto de Reforma Tributária do governo Lula, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, o que demonstra a continuidade do compromisso de manter uma política tributária afinada com a ortodoxia neoliberal.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Em vez de corrigir as injustiças tributárias no Brasil, o governo Lula preferiu realizar a Reforma da Previdência, que abre espaço para os Fundos de Pensão, beneficiando o setor financeiro, enquanto retira direitos duramente conquistados pelos trabalhadores brasileiros. A reforma aumenta a idade para a aposentadoria, cria um tributo sobre os aposentados, reduz as pensões, acaba com a paridade entre ativos e aposentados - dando margem à defasagem dos valores dos benefícios previdenciários - e ainda cria um teto para esses benefícios para a implementação dos Fundos de Pensão. Em todo o mundo, especialmente na Europa, os trabalhadores estão indo às ruas contra este tipo de reforma defendida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Em junho e julho de 2003, os servidores públicos brasileiros entraram em greve contra a reforma, ao mesmo tempo em que os trabalhadores da França e da Áustria foram em massa às ruas contra o mesmo projeto apresentado pelos governos de direita. Duas grandes marchas de dezenas de milhares de pessoas a Brasília (sede do governo brasileiro) não impediram que o governo brasileiro continuasse trabalhando pesadamente para a aprovação, no Congresso, da Emenda Constitucional da Reforma da Previdência. O projeto que privatiza a previdência dos servidores públicos foi votado na Câmara em agosto, em meio a denúncias de compra de votos de parlamentares e oferta de verbas e cargos, expediente inaceitável sob todos os aspectos,

Until 1995, Brazil taxed these incomes when distributed to the partners and shareholders, as well as the sent ones to the exterior.

The exemption gives a extremely unequal and unjust tributary treatment with people with the same income, because capital is less taxed than wages. This fiscal resignation sum is, approximately, R\$ 6,4 billion for year, or US\$ 2,2 billion.

- **Extinguishing of the additional tax on big profits and reduction of aliquot.** During the FHC government, the income tax aliquot for legal entities had been reduced, from 25% to 15%, and the additional tax on the banks - the greater benefited, that gain spectacular profits - was reduced from 15% to 10%,

None of these tax injustices was attacked by the Project of the Tax Reform of the Lula government, recently approved by the National Congress, what demonstrates the continuity of the commitment to keep the tax politics sharpened with the neoliberal ideology.

THE BRAZILIAN PUBLIC PENSION SYSTEM REFORM

Instead of correcting the tax injustices in Brazil, the Lula government preferred to carry through the Pension Reform, that open the way for the private Pension Funds, benefiting the financial sector, while it removes rights, hardly conquered by the Brazilian workers. The reform increases the age for the retirement, creates a tribute on the pensioners, reduces the pensions, finishes with the parity between workers and pensioners - allowing the reduction of the values of the previdenciary benefits - and still creates a limit for these benefits, to the implementation of the private pension funds. In the whole world, especially in the Europe, workers are going to the streets against this type of reform defended by the IMF and the World Bank. In June and July 2003, the brazilian public workers had entered in strike against the reform, at the same time when the french and austrian workers had been to the streets against the same project presented for the conservative governments. Two great marches with sets of ten of

especialmente sob o prisma ético. Decisões judiciais que autorizavam a entrada do público nas sessões legislativas que trataram da questão foram sumariamente desrespeitadas pela mesa da Câmara, enquanto servidores públicos eram espancados no interior da “Casa do Povo”. Nem mesmo durante os piores tempos da ditadura se viu tamanha violência.

A Reforma foi aprovada pelo Senado no final de 2003, já estando em vigor a partir deste ano.

SONEGAÇÃO E IMPUNIDADE

A proliferação de escândalos, casos de corrupção e sonegação está diretamente ligada às sucessivas alterações procedidas na legislação tributária que facilitam a vida dos sonegadores:

- redução das multas por infrações fiscais, equiparando-se, em alguns casos, o sonegador ao inadimplente. Antes, as multas eram de 300%, no caso de fraude, e de 150% para os demais casos. Essas multas foram reduzidas para 150% e 75%, respectivamente;
- extinção da punibilidade criminal no caso de pagamento do tributo;
- impedimento de remessa, ao Ministério Público, da representação fiscal nos casos de crimes, enquanto o processo de autuação fiscal não estiver definitivamente julgado na esfera administrativa, o que leva, em média, cinco a seis anos. Isso resulta, na maioria dos casos, em prescrição do crime;
- flexibilização da legislação que rege o controle de capitais, facilitando remessas ao exterior e possibilitando o acobertamento de crimes por meio da lavagem de dinheiro;
- atenuação do risco de sonegar, aliado à instituição de anistias e facilidades como o Refis, programa de parcelamento de dívidas fiscais no qual a prestação máxima é calculada em função do faturamento da empresa, o que conduz a distorções absurdas como parcelamentos que levariam centenas de anos para serem concluídos.

thousand people to Brasilia (brazilian government city) had not hindered that Brazilian government continued heavily working for the approval, in the Congress, of the Constitutional Emendation of the Pension Reform. The project that privatizes the pension system of the public workers was voted in the Congress on August, with denunciations of purchase of parliamentarians votes and offers of mounts of money and positions, unacceptable expedient under all the aspects, especially under the ethical prism. Judicial sentences that authorized the entrance of the public in the pension reform legislative sessions was disrespected by the Congress, while public workers were spanked in the interior of “House of the People”. Even though during the worse times of the dictatorship so big violence wasn't seen.

The reform was approved by the Senate on 2003 end, and is already invigorating.

TAX EVASION And IMPUNITY

The proliferation of scandals, cases of corruption and tax evasion is directly related to the successive alterations proceeded in the legislation tax that facilitate the life of the tax evaders:

- reduction of the fines for fiscal infractions, equalizing, in some cases, the tax evader to the defaulter. Before, the fines were 300%, in the case of fraud, and 150% for the another cases. These punishment had been reduced to 150% and 75%, respectively;
- extinguishing of the criminal punshability if the tax evader pays the tax after the tributary administration discover the crime;
- remittance impediment, to the Public prosecution service, of the dennounce on cases of crimes, while the process is not terminated completely, what it leads, in average, five or six years. This result, in the majority of the cases, in the lapsing of the crime;
- flexibility of the capitals control legislation, facilitating remittances to the exterior and making possible the occultation of crimes, by means of the money laudering;
- attenuation of the risk to tax evasion, ally to the institution of amnesty and easinesses

CONTRABANDO

O contrabando e o descaminho expõem a economia formal à concorrência desleal, sucateiam a indústria nacional, geram desemprego e violência, põem em risco a saúde pública, a agricultura e a pecuária, destroem o meio ambiente, favorecem a biopirataria, promovem a sonegação fiscal, a lavagem de dinheiro e a evasão de divisas, propiciam e patrocina o crime organizado.

O Brasil já é o maior entreposto de drogas enviadas da Colômbia para os EUA, segundo o Departamento de Estado norte-americano. Cerca de US\$ 120 bilhões, resultantes de atividades ilícitas, foram remetidos ilegalmente para o exterior nos últimos cinco anos, conforme apurado pela CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - que apurou o narcotráfico no Brasil. Outra CPI, desta vez a do Banestado - banco estadual do Paraná -, está revelando a movimentação de mais de US\$ 150 bilhões em operações que passaram por instituições financeiras instaladas em Foz do Iguaçu, área por onde passam semanalmente cerca de US\$ 20 milhões em contrabando, por meio dos sacoleiros. A indústria fonográfica estima que 25% dos CDs que circulam no mercado brasileiro sejam comercializados ilegalmente. O contrabando de frangos do Brasil para o Paraguai é estimado em 300 toneladas por semana, segundo dados da Associação dos Avicultores do Paraguai. Dos homicídios dolosos que ocorrem no país, 57,3% estão vinculados ao tráfico de drogas e armas. Apenas 1% das armas que entram ilegalmente no Brasil é apreendida.

A aduana brasileira deve combater eficazmente o contrabando, o descaminho e as demais fraudes aduaneiras, para minorar os efeitos nocivos causados à sociedade pelas práticas fraudulentas no comércio exterior e ser, ao mesmo tempo, ágil e moderna. Os dois objetivos não são excludentes: a agilidade nos procedimentos deve ser fruto de uma maior eficiência nas atividades de controle. Infelizmente, a opção atual tem sido pela agilidade, em detrimento dos controles, conforme exigência de liberalização do comércio e implantação gradativa da ALCA - Área de Livre Comércio das Américas - que, dentre suas inúmeras e graves consequências, significará perda de soberania e ameaça à

as the “Refis”, program of financing of fiscal debts in which the maximum installment is calculated in function of the company revenues, what it leads the absurd distortions as tax payments that would take hundreds of years to be concluded.

CONTRABAND

The contraband and the embezzlement expose the formal economy to the unfair competition, harm the national industry, generate unemployment and violence, put in risk the public health, agriculture and the cattle, destroys the environment, increasing biopirater, promotes the tax evasion, the money laundering and the money evasion, propitiates and sponsors the organized crime.

Brazil already is the biggest warehouse of drugs sent from Colombia for U.S.A., according to the US Department of State. About US\$ 120 billion, resultants of illicit activities, had sent illegally for the exterior in the last five years, as refined by the CPI - Parliamentary Inquiry Commission - that analysed the narco-traffic in Brazil. Another CPI, of the Banestado - state bank of the Paraná -, is disclosing the movement of more than US\$ 150 billion in operations that had passed for financial institutions installed in Foz do Iguaçu city, area where about US\$ 20 million in contraband passes weekly, by means of the “sa-co-leiros”. The music industry esteems that 25% of the CDs that circulate in the Brazilian market are sold illegally. The contraband of chickens of Brazil for Paraguay is esteemed in 300 tons per week, as given of the Association of the Poultry keepers of Paraguay. Of the murders that occur in the country, 57.3% are tied with the traffic of drugs and weapons. Only 1% of the weapons that enter illegally in Brazil are apprehended.

The Brazilian custom house must fight efficiently the contraband, the embezzlement and the various customs frauds, to minorate the harmful effect to the society by fraudulent practicing in the foreign commerce, and must be, at the same time, agile and modern. The two objectives are not exculpatory: the agility in the procedures must be fruit of a bigger efficiency in the activities of control. Unhappily, the current option has been for the agility, in detriment of the controls, as requirement of liberalization of the commerce

indústria nacional e ao emprego do povo brasileiro.

Enquanto o país sofre com as perdas provocadas pelas fraudes aduaneiras, a aduana brasileira está fragilizada pela inexpressiva presença fiscal, se comparada às dimensões continentais de nosso território de mais de 8,5 milhões de km².

O número de auditores-fiscais da Receita Federal brasileira decresceu de 12 mil em 1975 para cerca de 7.600 atualmente. Nesse período, o volume do comércio exterior brasileiro cresceu intensamente. As exportações cresceram oito vezes e as importações quatro vezes, mas o número de fiscais diminuiu 37%. Menos de 2 mil dos atuais 7.600 auditores-fiscais estão lotados nas aduanas. A França, que tem um território muito menor, possui 22 mil agentes aduaneiros e mais de 84 mil servidores na administração tributária. O Japão tem 8.200 fiscais na aduana. É conhecido o rigor fiscal da aduana dos Estados Unidos.

REMOVENDO AS INJUSTIÇAS

As injustiças tributárias devem e podem ser removidas por meio de legislação

infraconstitucional, não havendo necessidade de reforma constitucional. Dessa forma, são necessárias as seguintes mudanças legislativas:

- observar os princípios constitucionais tributários;
- garantir o equilíbrio federativo e propiciar os recursos necessários para a oferta dos bens e serviços públicos;
- extinguir a tributação em cascata;
- revogar a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio;
- acabar com a tributação exclusiva na fonte para os rendimentos de aplicações de renda fixa e variável e dos ganhos de capital. Todos os rendimentos devem ser submetidos à tabela progressiva anual;
- revogar a isenção na distribuição dos lucros e dividendos;
- tributar as remessas de lucros ao exterior;
- corrigir regularmente a tabela progressiva do imposto de renda;
- revisar as deduções do imposto de renda pessoa física, ampliando-as, de modo a

and gradual implantation of the ALCA - America Free Trade Agreement - that, amongst its innumerable and serious consequences, it will mean loss of sovereignty and threat to the national industry and the jobs of the Brazilian people.

While the country suffers with the losses provoked by the customs frauds, the Brazilian custom house is harmed by the little fiscal presence, if compared with the continental dimensions of our 8,5 million km² territory.

The number of auditor-inspectors of the brazilian tributary administration decreased from 12 thousand on 1975 to about 7,600 currently. In this period, the volume of the brazilian foreign commerce grew intensely. The exportations had grown eight times and the importations four times, but the number of inspectors diminished 37%. Less than 2 thousand of the current 7,600 auditor-inspectors are in custom houses. In France, that has a very lesser territory, there are 22 thousand customs agents, and more than 84 thousand workers in the intire tributary administration. Japan has 8,200 inspectors in the custom house. The fiscal severity of the custom house of the United States is well known.

REMOVING THE INJUSTICES

The tax injustices must and can be removed by means of infracons-ti-tucional legislation, not having necessity of constitutional reform. In this way, the following legislative changes are necessary:

- observe the constitutional tributary principles;
- guarantee the federative balance and to propitiate the necessary resources to offer the public goods and services;
- extinguish the cumulative taxation;
- revoke the tax exemption of the "interests on the proper capital";
- finish the exclusive taxation "on source" for the incomes of applications of fixed and changeable income and them capital profits. All the incomes must be submitted to the annual gradual table of the income tax;
- revoke the tax exemption of the profits and shares distributions;
- tax the profits remittances to the exterior;
- annual update of the income tax table;

- ajustar o imposto devido à real capacidade contributiva dos cidadãos;
- não tributar a renda mínima existencial;
- isentar os alimentos da cesta básica;
- recuperar a alíquota de 35% para rendas elevadas ou acentuar a progressividade;
- aumentar a tributação sobre o patrimônio rural;
- jamais conceder anistias;
- fortalecer a administração tributária;
- controlar o fluxo financeiro com paraísos fiscais;
- criar força tarefa com outros órgãos para combater a lavagem de dinheiro;
- combater efetivamente a sonegação;
- promover a educação fiscal como forma de fortalecer o exercício da cidadania em relação às finanças públicas.

CONTROLE DO FLUXO DE CAPITAIS E ENDIVIDAMENTO

A questão do controle dos fluxos de capitais ultrapassa os lindes territoriais de cada nação, adquirindo uma dimensão planetária. É essencial estabelecermos mecanismos eficazes de controle sobre esses fluxos financeiros, cuja dimensão ameaça a soberania das nações, especialmente as economicamente instáveis, porque favorece a adoção de práticas financeiras perversas, como ataques especulativos sobre nossas moedas, além de criar condições favoráveis à lavagem de dinheiro por aqueles que operam o crime organizado em escala mundial, decorrentes de corrupção, sonegação fiscal, contrabando, pirataria e do tráfico de drogas, armas, crianças, mulheres, plantas e animais em extinção.

Durante o Fórum Social Brasileiro, ocorrido em novembro de 2003, as diversas entidades brasileiras foram convocadas a participar da “Campanha Nacional pelo Controle do Fluxo de Capitais no Brasil”, um movimento de debate e mobilização pela conscientização da necessidade de abolir o livre fluxo de capitais financeiros, estabelecendo-se controles da movimentação financeira. A Campanha tem caráter pedagógico de massas, articulando

- revise the deductions of the income tax, extending them, in order to adjust the tax due to real tax-paying ability of the citizens;
- tax exempt to the “existencial minimum” income;
- tax exempt to basic foods
- recoup aliquot of 35% for the high incomes or accent the progressividade;
- increase the taxation on the agricultural patrimony;
- never grant tax amnesty;
- fortify the tributary administration;
- control the financial flow in fiscal paradises;
- join the public agencies to fight the money laundering;
- effectively fight against tax evasion;
- promote the fiscal education, to fortify the exercise of the citizenship in relation to the public finances.

CONTROL OF THE CAPITAL FLOWS AND INDEBTEDNESS

The question of the control of capitals flows exceeds territorial of each nation, acquiring a planetary dimension. It is essential to establish efficient mechanisms of control these financial flows, whose dimension threat the sovereignty of the nations, especially the economically unstable ones, because it favors the adoption of perverse financial practices, as speculative attacks on our currencies, besides creating conditions favorable to the money laundering for that operate the organized-crime in world-wide scale, decurrent of corruption, tax evasion, contraband, piracy and of traffic of drugs, weapons, children, women, plants and extinguishing animals.

During the Brazilian Social Fórum, on November of 2003, the diverse Brazilian entities had been convoked to participate of the “National Campaign for Control of the Capitals Flow in Brazil”, a movement of debate and mobilization for the awareness of the necessity to abolish the free flow of speculative capitals, establishing controls of the financial movement. The Campaign has pedagogical character of masses, articulating symbolic political actions, public activities of formation,

ações políticas simbólicas, atividades de formação, debates públicos - por meio de eventos ou de veículos de imprensa, propaganda e coleta permanente de assinaturas.

Mundo financeiro sem limites

A sede do capital internacional por lucros cada vez maiores provocou, especialmente nas décadas de 80 e 90, a abertura dos mercados financeiros de vários países, inclusive do Brasil. É a chamada desregulamentação. Com a porta aberta para entrar livremente, esse capital obtém altos lucros por meio de investimentos em bolsas de valores, empresas e, principalmente, empréstimos a governos e a empresas, mediante a cobrança de juros.

Da década de 80 até agora, a movimentação financeira diária no planeta passou de alguns bilhões de dólares para nada menos que US\$ 1,5 trilhão por ano, valor equivalente a 5% do PIB mundial e a mais de um quarto de todo o comércio anual internacional de mercadorias (revista *Carta Capital*, edição nº 160, outubro de 2001).

Tais capitais podem sair dos países quando bem entenderem: quando já lucraram muito ou quando os países ameaçam entrar em crise. Exemplos não faltam. Nas crises financeiras do México, em 1994; da Ásia, em 1997; da Rússia, em 1998; do Brasil, em 1999 e da Argentina em 2002, os especuladores financeiros abandonaram o barco, deixando os países à deriva.

No Brasil, este processo começou a partir de 1991, quando foi permitido a qualquer especulador colocar ou retirar seu capital livremente do país. No início do Plano Real (1994), o processo foi aprofundado, causando sérios danos. O governo brasileiro, nos últimos oito anos, endividou seriamente o Brasil, tornando-o dependente de empréstimos tomados desses capitais. E, a qualquer sinal de crise, os investidores ameaçam deixar de emprestar dinheiro ou exigem juros cada vez mais altos.

As taxas de juros paralisam a economia, aumentando ainda mais o desemprego. Enquanto isto, a China, que não abriu o seu setor financeiro, cresce a taxas de quase 10% ao

debates - by means of events or of press vehicles and permanent collects of signatures.

Financial world without limits

The thirst of the international capital for bigger profits provoked, especially in the 80's and 90's, the opening of the financial markets of some countries, also Brazil. It's the called "deregulation". With the opened door to enter freely, this capital gets high profits by means of investments in stock exchange, companies and, mainly, loans to the governments and the companies, by means of the collection of interests.

From the 80's until now, the daily financial movement in the planet increased from some billion dollars to US\$ 1,5 trillion, value equivalent of 5% of the world-wide GNP and more than the 1/4 of all annual international commerce of merchandises (magazine *Carta Capital*, edition nº 160, October 2001).

Such capitals can leave the countries when they want: when they already had profited sufficiently or when the countries threaten to enter in crisis. There are several examples. In the financial crises of Mexico, in 1994; of Asia, in 1997; of Russia, in 1998; of Brazil, in 1999 and of Argentina in 2002, the financial speculators had "abandoned the boat", leaving the countries to the drift.

In Brazil, this process started from 1991, when it was allowed to any speculator freely put or remove its capital from the country. In the beginning of the Real Plan (1994), the process was deepened, causing serious damages. The Brazilian government, in the last eight years, put the country in a seriously indebtedness process, becoming us dependent of loans offered by these capitals. And, with any signal of crisis, the investors threaten to leave to loan money or demand higher interests.

The interest rates paralyze the economy, increasing the unemployment. At the same time, China, that did not open its financial sector, grows about 10% per year - five times more than the brazilian growth rate in FHC government.

ano - cinco vezes mais que a taxa de crescimento do Brasil na era FHC.

A indústria da lavagem de dinheiro no mundo

A lavagem de dinheiro é um crime de alto potencial lesivo à sociedade e consiste na tentativa de dar aparência lícita a recursos oriundos de atividades criminosas. Segundo estimativas do FMI, ela movimenta anualmente de 2% a 5% do PIB mundial (US\$ 600 bilhões a US\$ 1,5 trilhão por ano). “Trata-se de uma indústria mundial cujo desenvolvimento foi rápido e concentrado na última década do século XX. Ainda estamos vivendo os efeitos desse *boom* que acompanhou o desenvolvimento das máfias e cartéis em escala planetária. O desenvolvimento dessa indústria também está ligado a mudanças inseridas naquilo que chamamos de “globalização”. Particularmente a integração dos mercados, em especial o financeiro, que aboliu limites para o tráfego de capitais.” (Jordão, 2000:21.) “Atualmente, de acordo com o autor do livro *The Laundrymen (Os homens da lavanderia)*, o norte-americano Jeffrey Robinson, a indústria da lavagem já é a terceira maior do mundo, atrás apenas dos mercados de câmbio e petróleo”. (Jordão, 2000:31.)

Os paraísos fiscais

Os paraísos fiscais são os centros mundiais do dinheiro sujo e precisam ser combatidos em escala mundial se quisermos construir as bases para outro mundo. O sigilo absoluto acoberta o dinheiro proveniente de todo tipo de crime ou atrocidade contra a humanidade.

Sabemos que o “pai de todos os paraísos é a Suíça, que, entre os seus feitos, teve o de guardar o “ouro nazista” - os bens e o dinheiro saqueados dos judeus pelos alemães durante a Segunda Grande Guerra. Depois de muita pressão, os bancos suíços se viram obrigados a devolver parte desse dinheiro aos descendentes de seus donos nos anos 90”.

Atualmente, há mais de cem países (incluindo colônias ou dependências de países do chamado Primeiro Mundo) que realizam operações de lavagem de dinheiro. Somente a

The money laundering industry in the world

The money laundering is a crime of high harmful potential to the society and consists on attempt to give a allowed appearance to resources originated from criminal activities. According to IMF estimates, it annually puts into motion 2% to 5% of the world-wide GNP (US\$ 600 billion to US\$ 1,5 trillion per year). “There is a world-wide industry whose development was fast and concentrated in the last decade of XX century. We are still living the effect of this *boom* that it followed the development of the mafias and cartels in planetary scale. The development of this industry also is linked to the inserted changes in that we call globalization. Particularly the integration of the markets, in special the financier, who abolished limits for the traffic of capitals” (Jordão, 2000:21.) “Currently, in accordance with the author of the book “*The Laundrymen*”, the North American Jeffrey Robinson, the laundering industry is already the third greater of the world, only below of the markets of exchange and oil” (Jordão, 2000:31.)

The fiscal paradises

The fiscal paradises are the world-wide centers of the dirty money and need to be fought in world-wide scale if we want to construct the bases for another world. The absolute secrecy covers the money proceeding from all type of crime or atrocity against the humanity.

We know that the “father of all the paradises” is the Switzerland, that keep the “*nazi gold*” - the pillaged by germans of the goods and the money of the Jews during the II World War. After much pressure, the Swiss banks returned part of this money to the descendants of its owners in the 90`s.

Currently, there is more than hundred of countries (including colonies or countries dependences of the Developed World) that carry through operations of money laudering. Only Great-Britain possesss more than a set of ten of colonies or dependences whose economic activity is wash dirty money. “Jersey

Grã-Bretanha possui mais de uma dezena de colônias ou dependências cuja atividade econômica se restringe a lavar dinheiro sujo. “A Ilha de Jersey concentra aplicações num valor total de 600 bilhões de dólares - mais que o PIB brasileiro” (revista *Carta Capital* nº 160 - outubro de 2001).

A maioria das grandes empresas multinacionais foge da tributação mediante o uso de empresas de fachada residentes em paraísos fiscais. As grandes organizações financeiras e empresariais do mundo contemporâneo movimentam centenas de bilhões de dólares por meio de suas filiais, coligadas ou controladas, residentes em países livres de imposto. Desta forma, o governo dos Estados Unidos, que defende o interesse destas empresas, tem bloqueado iniciativas contra os paraísos fiscais.

É necessária uma grande mobilização popular para que sejam aprovadas leis para o controle dos fluxos financeiros especulativos. Os parlamentos contemporâneos estão fortemente influenciados pelo Executivo, que decide sob pressão de grandes grupos empresariais e financeiros, nacionais e internacionais, que o mantêm sob uma ameaça constante (real ou fictícia) de ataques especulativos contra a economia nacional. Os órgãos legislativos nacionais encontram-se, assim, debilitados e subordinados a decisões de um Executivo dominado por fortes *lobbies* financeiros e empresariais, e sua política macroeconômica resume-se na busca do aval da “credibilidade” das instituições financeiras internacionais, ao preço de altos níveis de superávits fiscais e em detrimento de programas sociais básicos, tais como saúde, habitação, educação. Agravando este fato, a prática generalizada de se buscar fontes de financiamentos para as campanhas eleitorais à margem das normas da legislação eleitoral vigente implica, provavelmente, que grande parte dos partidos e dos representantes eleitos tenha a sua sobrevivência eleitoral atrelada a esquemas de financiamento ilegal, abrigados geralmente sob a proteção de paraísos fiscais.

Portanto, uma estratégia conseqüente na luta contra os paraísos fiscais requer efetivamente, antes de mais nada, a promoção de uma ampla campanha de esclarecimento à opinião pública acerca da natureza e da

Island concentrates applications in a total value of 600 billion dollar - more than the Brazilian GNP” (magazine *Carta Capital* nº 160, October of 2001).

The majority of the great companies multinationals runs away from the taxation by means of the use of false companies resident in fiscal paradises. The great financial and enterprise organizations of the contemporary world put into motion hundreds of US\$ billions by means of its branch offices, resident in fiscal paradises. So, United States government, that defends these companies, has blocked initiatives against the fiscal paradises.

A great popular mobilization is necessary to the approval of laws for the control of the speculative financial flows. The contemporaries parliaments are strongly influenced by the Executive, who decides under pressure of big enterprises and financial groups, national and international, that keeps it under a constant threat (real or fictitious) of speculative attacks against the national economy. The national legislative are subordinated under the decisions of an Executive dominated by big financial and enterprise *lobbies*, and its macroeconomic politics is only the search of the endorsement of the “credibility” of the international financial institutions, generating high fiscal levels of budget surpluses, in detriment of basic social programs, such as health, habitation, education. Aggravating this fact, the generalized practical of if searching ilegal sources of finance to the electoral campaigns imply, probably, that a big part of the parties and the elect representatives has its electoral survival linked to illegal financing devices, sheltered generally under the protection of fiscal paradises.

Therefore, a consequent strategy in the fight against the fiscal paradises requires effectively the promotion of an ample campaign of clarification to the public opinion concerning the nature and of the gravity of the fiscal evasion problem trough fiscal paradises and of its ominous consequences for the society, reaching hardly the less protected sectors and poorest people of the society.

gravidade do problema da evasão fiscal via paraísos fiscais e de suas conseqüências nefastas para o conjunto da sociedade, atingindo mais cruelmente os setores menos protegidos e mais pobres da sociedade.

A lavagem de dinheiro no Brasil

Para a financista francesa Marie Chrystine Dupuis, responsável pelo Programa Global da ONU Contra a Lavagem de Dinheiro do Crime Organizado, há cinco motivos para o Brasil ser um dos países do Terceiro Mundo mais tentadores para a lavagem de dinheiro:

1. posição geográfica do Brasil numa região produtora de drogas;
2. importância de sua praça financeira, com extensa rede bancária;
3. existência de bolsas de valores com volume expressivo de transações;
4. dependência de capitais externos para fechar suas contas públicas;
5. opção política de seguir a cartilha do FMI como condição para se inserir na nova ordem mundial e o conseqüente processo de desregulamentação e descontrole das operações financeiras.

Apenas em 1998, dez anos após a recomendação da Convenção de Viena da Organização das Nações Unidas (ONU) - ratificada por 80 países -, o Congresso brasileiro aprovou uma lei contra a lavagem de dinheiro. Esta lei criou o Coaf - Conselho de Controle de Atividades Financeiras - com o objetivo de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas nesta lei.

Segundo Jordão (2000), por um lado, a lei de 1998 é um avanço, pois criminaliza um assunto sério e abre a possibilidade de envolvidos nas operações serem processados. Mas a lei também tem problemas: "Em primeiro lugar, ela criminaliza a lavagem de dinheiro, mas desde que ligada aos seguintes crimes: tráfico de drogas, terrorismo, contrabando de armas, extorsão mediante seqüestro, crimes contra a administração pública (corrupção), crimes contra o sistema financeiro nacional e crimes praticados por organizações criminosas. Sonegação fiscal não está incluída". (Jordão, 2000:29.)

The money laundering in Brazil

In accordance with the french finance expert Marie Chrystine Dupuis, responsible for the ONU Global Program Against the Money Laundering of the Organized Crime, there are five reasons because Brazil is one of the most attractive countries of the Third World for the money laundering:

1. Brazil's geographic position in a region of drugs producing;
2. importance of its financial market, with a extensive Bank network;
3. existence of stock exchange with expressive volume of transactions;
4. dependence of external capitals to pay the deficit in the balance of payments
5. political option to follow the IMF ideas as condition to insert the country in the new world-wide order and the consequent process of deregulation and uncontrol of the financial operations.

Only in 1998, ten years after the recommendation of the United Nations (UN) Vienna Convention - ratified for 80 countries -, the Brazilian Congress approved a law against the money laundering. This law created the Coaf - *Advice of Control of Financial Activities* - with the objective to discipline, to apply administrative penalties, to receive, to examine and to identify to the occurrences suspicion of illicit activities foreseen in this law. According to Jordão (2000), the 1998 law is an advance, therefore legislates about a serious subject and creates the possibility of the punishment of people linked to money laundering. But the law also has problems: "*The law define the crimes of money laundering, but only if this crimes are linked with traffic of drugs, terrorism, weapons contraband, kidnapping, crimes against the tributary administration (corruption), crimes against the national financial system and crimes practised by criminal organizations. Tax evasion is not included.*" (Jordão, 2000:29).

However, the lack of structure of the Coaf - in 2002 it had only 18 employees - hinders that the law is fulfilled. According to Romantini (2002) "*Since 1998, year of promulgation of the brazilian anti-laundering law, until October 2002, it had been directed to Coaf,*

Porém, a falta de estrutura do Coaf - até 2002 ele dispunha de apenas 18 funcionários - impede que a lei seja cumprida. Segundo Romantini (2002), “Entre 1998, ano de promulgação da “lei antilavagem” brasileira, até outubro de 2002 foram encaminhadas ao (Coaf), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, 18.610 comunicações de operações suspeitas. No mesmo período, foram instaurados apenas 666 inquéritos policiais e indiciadas 149 pessoas. Até o momento, porém, ninguém foi preso e nenhum centavo dos cerca de US\$ 17 bilhões lavados anualmente foi recuperado. De acordo com estudos internacionais, o País ocupa a 20ª posição no *ranking* das maiores “lavanderias” do mundo.” E segundo a pesquisa “Uma análise crítica da Lei dos crimes de lavagem de dinheiro”, desenvolvida em 2002 pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, o percentual de processos sobre crimes de lavagem de dinheiro que chega ao Judiciário Federal é insignificante.

CC5: Remessa fácil

As transações de remessa de recursos para o exterior não são devidamente controladas. Teoricamente, a Receita Federal tem acesso às informações sobre as transações bancárias por meio da CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Porém, o controle só pode ser feito com o dinheiro movimentado dentro do país.

Para fazer transferências internacionais em moeda nacional, são usadas as contas CC5 (assim denominadas por serem, primeiramente, reguladas pela Carta Circular nº 5, do Banco Central). Atualmente, a norma reguladora dessas transferências é a Circular 2.677, que “estabelece procedimentos e condições para abertura, movimentação e cadastramento, no Sisbacen (Sistema Informatizado do Banco Central), de contas em moeda nacional tituladas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no exterior e dispõe sobre as transferências internacionais em reais”.

Na verdade, a Circular 2.677 permite a remessa ilegal porque:

- a) Não exige qualquer documentação para remessa (Art. 10, § 1º). Abre-se,

agency of the Treasury department, 18,610 communications of operations suspicion. In the same period, was created only 666 police inquests and accused 149 people. Until the moment, however, nobody was arrested and no cent of about US\$ 17 billion annually washed was recouped. In accordance with international studies, Brazil occupies the 20th position in ranking of the “big laundries” of the world. And according to research “A critical analysis of the Law of the money laundering crimes”, developed in 2002 for the Center of Judiciary Studies of the Advice of Federal Justice, the percentage of processes about money laundering crimes that arrives at Judiciary is insignificant.

CC5: Easy remittance

The transactions of remittance of resources for the exterior are not dully controlled. Theoretically, the Federal Revenue has access to the information on the Bank transactions by means of the CPMF (Provisory Contribution on Financial Movement). However, the control only can be made with the domestic money moving.

To make international transferences in national currency, “accounts CC5” are used. Currently, the regulating norm of these transferences is 2.677 “Circular”, that “it establishes procedures and conditions for opening, movement and cadastre, in the Sisbacen (Computer System of the Central Bank), of accounts in national currency titleholders by foreign people or institutions”.

In the truth, the 2.677 Circular allows the illegal remittance it because:

- a) It does not demand any documentation for remittance (Art. 10, § 1st). So, is created the chance for transference, through of fictitious names, called “oranges”. In this form, is hidden the name of the true authors of the remittances of resources originated from “cash-register two” (money not-computed in the accounting of the companies), drug trafficking, corruption, tax evasion etc.

assim, oportunidade para transferência, por intermédio de nomes fictícios, os chamados laranjas. Dessa forma, encobre-se o nome dos verdadeiros autores das remessas de recursos originados de “caixa dois” (dinheiro não-computado na contabilidade das empresas), narcotráfico, corrupção, sonegação etc.

- b) Não exige registro no sistema de movimentações de valores abaixo de R\$ 10 mil, tornando possível as fraudes por meio do envio de vários cheques de menor valor, comprados de *factorings*.

A partir de 1999, com a reestruturação do Banco Central - quando a fiscalização de câmbio foi desmontada -, as instituições financeiras passaram a contar com mais liberdade, facilitando a sonegação de impostos sobre remessas financeiras. Assim, quantias elevadas provenientes de atividades ilícitas são facilmente enviadas a países que abrigam contas bancárias sigilosas e que não cobram impostos sobre a movimentação financeira, chamados paraísos fiscais. E o dinheiro usado pela especulação financeira que entra no país não contribui para gerar emprego, muito menos para o aumento de renda.

As pessoas que vivem da lavagem de dinheiro usam a mesma tática. Essa prática ilegal, que deveria ser impedida pelo Coaf, tem sido feita sem qualquer empecilho. O Coaf é ineficaz devido à fragilidade da legislação que regula os sigilos bancário e fiscal, mas também pela falta de vontade política em reunir o pessoal técnico dos órgãos que o compõem - Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal, Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, Departamento de Polícia Federal e Ministério das Relações Exteriores.

Movimentações ilegais

A maneira como estão regulamentadas as movimentações financeiras no Brasil permite a sonegação, o envio irregular de recursos para o exterior e a lavagem de dinheiro. Isso possibilita

- b) It does not demand register in the system of movements of values below of R\$ 10 thousand, becoming possible the frauds by means of the sending of some checks of lesser value, bought of *factorings*.

Since 1999, with the “re-organization” of the Central Bank - when the exchange fiscalization was disassembled -, the financial institutions had started to have more freedom, facilitating the tax evasion of taxes on financial remittances. Thus, high amounts proceeding from illicit activities are easily sent to countries that shelter secret bank accounts, where inexist taxes on the financial movement - the fiscal paradises. And the money used for the financial speculation that enters in the country does not contribute to generate job, much less for the income increase.

People who work on the money laundering use the same tactics. This illegal practice, that would have to be hindered by Coaf, has been made freely. The Coaf is inefficacious due to fragility of the legislation that regulates the bank and fiscal secrecies, but also for the lack of the political will to congregating the technician staff of the agencies that compose it - Central Bank, Commission of Movable Values, Supervision of Private Insurances, Office of the Attorney of the National Revenue Secretary, Secretariat of the Federal Revenue, Undersecretary's office of Intelligence of the Military House of the Presidency of the Republic, Department of Federal Policy and Department of State.

Illegal Transactions

The way as the financial movements in Brazil are regulated allows the tax evasion, the irregular sending of resources for the exterior and the money laundering. This makes possible operations without identifying of the origin and the destination of the money.

On the form with that the “uncontrols” of the flow of capitals is structuralized in Brazil it does not fit to the Central Bank to track quaint movements: since June 2000, only the banks - not the Central Bank - must communicate the “quaint movements” to Coaf. This means that an official notice only will arrive at Coaf if the

movimentações sem identificar a origem e o destino do dinheiro.

Da forma com que está estruturado o “descontrole” do fluxo de capitais no Brasil não cabe ao Banco Central rastrear movimentações esquisitas: a partir de junho de 2000, os próprios bancos é que devem comunicar as movimentações “suspeitas” ao Coaf e não mais ao Banco Central. Ou seja: um comunicado só irá chegar ao Coaf se o banco tiver tido a iniciativa de fazê-lo. Isso paralisou o exame e abertura de novos processos. Na prática, porém, muitos bancos não apenas não comunicam como até acobertam operações desse tipo. Houve casos, inclusive, de o banco não ter sequer comunicado ao Banco Central a própria existência de contas CC-5. E não era uma instituição financeira qualquer, mas sim um dos três maiores bancos do país. Seu nome consta do relatório final da CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Brasileiro sobre os Precatórios (*explicando: precatórios são créditos de terceiros contra o Estado decorrentes de ações judiciais com trânsito em julgado*).

A CPI dos Precatórios demonstrou claramente como se processa o ciclo de corrupção que se inicia com o desvio de recursos públicos e se completa com operações de lavagem de dinheiro. Está em curso no Congresso Nacional uma outra CPI que objetiva investigar um volume gigantesco de recursos para o exterior (estimado em, no mínimo, US\$ 30 bilhões). É a chamada CPI do Banestado.

Para inibir essa irregularidade, que leva ao empobrecimento cada vez maior do país, é preciso que os órgãos responsáveis pela fiscalização - principalmente a Receita Federal e o Banco Central - tenham o controle do fluxo dos recursos financeiros que entram e saem do Brasil. Só assim é que os recursos provenientes do “caixa dois”, do crime organizado e da corrupção, seriam detectados, e a lavagem de dinheiro poderia ser impedida. Restaria aos que trabalham na ilegalidade tentar movimentar dinheiro em malas ou bolsas, o que seria cada vez mais difícil quanto maior fosse o volume a ser transportado.

Em vista desses reiterados escândalos financeiros de grandes proporções defendemos a apuração sem tréguas do “Caso Banestado” e

bank have the initiative to make it. This paralyzed the examination and opening of new processes. Many banks do not communicate this facts, and hide this kind of operations. There were cases, also, when the bank not communicated to the Central Bank the existence of CC-5 accounts. And this occurred with one of the three biggest banks of the country. Its name is included in the final report of the CPI - Parliamentary Inquiry Commission of the Brazilian Congress on the Precatórios (“Precatórios” are credits of people against the State decurrent of legal process).

The Precatórios’ CPI demonstrated clearly how the cycle of corruption happens, starting with the deviation of public resources and finishing with money laundering operations. It is in course in the National Congress another CPI that aims to investigate a gigantic volume of resources sended to the exterior (esteemed in, at the very least, US\$ 30 billion). It is called Banestado’s CPI.

To inhibit this irregularity, that leads to the impoverishment of the country, it is necessary that the fiscalization agencies responsible for the fiscalization - mainly the Federal Revenue and the Central Bank - have the control of the flow of the financial resources that enter and leave from Brazil. Only in this way the resources proceeding from “cash-register two”, of the organized crime and the corruption would be detected, and the money laundering could be hindered. It would remain to people that work in the illegality try to put into motion money in paper-currency, what would be more difficult how much bigger was the sum to be carried.

Because of these big and reiterated financial scandals, we defend the total investigation of the “Banestado Case” and the review, with the maximum urgency, of the normative acts that allow the uncontrolled money sending for the fiscal paradises. The central problem of the Brazilian economy is the chronic deficit of the balance of payments, that has generated increasing external and internal public indebtedness. However, a country that possesss a historical dependence of ingression of foreign currency cannot keep flabby the control on the movement of capitals, allowing illegal remittances of the order of sets of tens billion dollars that, if were in Brazil, would be

que sejam revistos com a máxima urgência os atos normativos que permitem o envio descontrolado de dinheiro para os paraísos fiscais. O problema central da economia brasileira é o déficit crônico do balanço de pagamentos, que tem gerado crescente endividamento público externo e interno. Ora, um país que possui uma dependência histórica de ingresso de moeda estrangeira não pode se dar ao luxo de manter frouxo o controle sobre o movimento de capitais, a ponto de permitir remessas ilegais da ordem de dezenas de bilhões de dólares que, se estivessem no Brasil, estariam alimentando a nossa economia, gerando renda, empregos, tributos e viabilizando o equilíbrio das contas externas. É inadmissível que o país, para fechar suas contas externas, continue submetendo permanentemente sua soberania por meio de acordos espúrios com o Fundo Monetário Internacional, que estão a comprimir cada vez mais os gastos sociais e investimentos públicos inadiáveis, condenando 54 milhões de brasileiros à pobreza absoluta.

Brasil: o paraíso fiscal do capital

Sob o aspecto fiscal, a legislação tributária brasileira é irônica, já que define como paraíso fiscal o “país que não tributa a renda ou que a tributa à alíquota máxima inferior a 20%” (art. 24 da Lei 9.430/96). Entretanto, os rendimentos sobre o capital auferidos no Brasil são tributados a alíquotas inferiores a 20%, enquanto os rendimentos do trabalho sofrem a incidência progressiva de até 27,5%.

As elevadas taxas de juros são justificadas para manter o fluxo de capital esperto e volátil. A ironia é que boa parte desse capital é brasileira. Depois de passar por paraísos fiscais como Jersey, Bahamas ou Cayman, esse capital, até recentemente, voltava ao Brasil com os privilégios de investimento externo.

Não resta dúvida: esta política constitui tratamento preferencial para favorecer o ingresso de capitais e fechar as debilitadas contas externas brasileiras.

Como aumentar a arrecadação e reduzir os atos ilegais:

1. Promover a atuação conjunta da

stimulating our economy, generating income, jobs, tributes and making possible the balance of the external accounts. It is inadmissible that the country, to close its external accounts, continues permanently submitting its sovereignty by means of spurious agreements with International Monetary Fund, that compress each time the social expenses and urgent public investments, condemning 54 million brazilians to the absolute poverty.

Brazil: the fiscal paradise of the capital

Under the fiscal aspect, the brazilian tax legislation is ironic, since it defines as fiscal paradise the “country that tax the income on the aliquot inferior to 20%” (art. 24 of Law 9,430/96). However, the incomes from the capital gained in Brazil are taxed on aliquot inferiors to 20%, while the incomes from wages suffer the gradual incidence until 27,5%.

The raised taxes of interests are justified to keep the flow of smart and volatile capital. The irony is that a important part of this capital is Brazilian. After passing for fiscal paradises as Jersey, Bahamas or Cayman, this capital came back to Brazil with the privileges of external investment. It does not remain any doubt: this policy constitutes preferential treatment in favor of the ingression of capitals and to finance the weak Brazilian external accounts.

How to expand the tax revenues and to reduce the illegal acts:

1. Promote the joint performance of the Federal Revenue and the Central Bank with free access to the base data of the two institutions. Found some irregularity, these institutions must have access to the banking data of the involved people. The current bank secrecy legislation, which does not allow access to personal data, must be modified.
2. Demand the register in the exchange system of any movement, independent from the value, to control frauds.

Receita Federal e do Banco Central com livre acesso aos bancos de dados das duas instituições. Encontrada alguma irregularidade, essas instituições devem ter acesso aos dados bancários das pessoas envolvidas. A atual legislação sobre sigilo bancário, que não permite isto, deve ser modificada.

- 2. Exigir o registro no sistema de câmbio de qualquer movimentação, independente do valor, para se coibir as fraudes.
- 3. Extinguir a CC-5 e utilizar o mercado de câmbio normal para todas as transferências.
- 4. Controlar as atividades financeiras, por meio do fortalecimento do Coaf, transformando-o em órgão atuante e com total acesso às bases de dados das instituições de origem.
- 5. Controlar, efetivamente, a movimentação financeira internacional de capitais por meio da cobrança da Taxa Tobin.

Esboço de Alternativa

Luiz Gonzaga Belluzzo e Ricardo Carneiro

A opção do Governo Lula de condicionar a política econômica à construção e consolidação da credibilidade junto aos mercados financeiros já mostra maturação suficiente para ser avaliada. De um ponto de vista conjuntural, os resultados obtidos no plano da confiança sintetizados sobretudo no declínio do risco Brasil e determinados, em larga medida, pelo ciclo internacional, devem ser contrapostos à expressiva deterioração dos indicadores de desempenho, como produção emprego e renda.

A modificação da política econômica do Governo Lula em direção a uma política mais comprometida com o desenvolvimento supõe duas transformações essenciais: no plano macroeconômico, a introdução da regulação dos fluxos de capitais e, na esfera da coordenação, a redefinição do papel do estado. No primeiro caso trata-se de restringir a mobilidade de capitais, sobretudo os especulativos e obter maior estabilidade

- 3. Extinguish the CC-5 accounts, using the market of normal exchange for all the transferences.
- 4. Control the financial activities, through more support of Coaf, transforming it into na operating agency and with total access to the databases of the origin institutions.
- 5. Control, effectively, the international financial movement of capitals through the collection of the Tobin Tax.

Sketch of Alternative

Luiz Gonzaga Belluzzo and Ricardo Carneiro

The option of Lula Government to condition the economic policy to the construction and consolidation of the credibility with the financial markets already shows maturation enough to be evaluated. In a conjunctural point of view, the results gotten in the credibility, as the decline of the “brazillian-risk”, and determined, mainly, by the international cycle, must be opposed to the big deterioration of the performance indicators, as production, job and income.

The modification of the Lula Government economic policy in direction to a politics more compromised with the development assumes two essential transformations: in the macroeconomic plan, the regulation of the flows of capitals and, in the coordination sphere, the redefinition of the role of state. In the first case, it means to restrict the mobility of capitals, mainly speculative ones, and to get greater stability of macroeconomic variables. And, in the second case, make the state play a more active role in the induction of the economic growth.

The selective regulation of the capital flows, hindering the movement of the speculative capitals, aims at to extend the autonomy of the conduction of the domestic macroeconomic politics. This will be a consequence of the exchange rate stabilization, and the reduction of the interest rate. With the current degree of the opening of the capital accounts associated with the raised indebtedness and low level of reserves, the capital controls constitute the unique alternative for the macroeconomic stability.

das variáveis macroeconômicas e, no segundo, fazer o estado desempenhar papel mais ativo na indução do crescimento. A regulação seletiva dos fluxos de capitais impedindo o movimento dos capitais especulativos visa sobretudo ampliar a autonomia na condução da política macroeconômica doméstica. Isto decorrerá tanto da estabilização da taxa de câmbio quanto da redução da taxa de juros. Na verdade com o atual grau de abertura da conta da capital associado ao elevado endividamento e baixo nível de reservas, os controles constituem a única alternativa para a estabilidade macroeconômica.

**LULA GOVERNMENT:
THE DEPENDENCE CONTINUES**

In the first year of the Lula Government, the external vulnerability increases due to the continuity of the execution of the same economic model... We live a paradox: when government applies measures that aim at to conquer the credibility of the markets, the Country, each day, becomes more dependent and with lesser degree of freedom for the implantation of alternative measures. A government elected due to the hope of political change cannot disrespect the popular vote.

**GOVERNO LULA:
A DEPENDÊNCIA CONTINUA**

No primeiro ano do governo Lula, a vulnerabilidade externa se amplia pela continuidade da execução do mesmo modelo econômico. Vivemos um paradoxo: ao aplicar medidas que visam a conquistar a confiabilidade dos mercados, o País se torna cada dia mais dependente e com menor grau de liberdade para a implantação de medidas alternativas.

Um governo eleito a partir da esperança de mudança não pode desrespeitar o voto popular.

PARTE II

CAMPANHA JUBILEU SUL
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

OS PASSOS DA AUDITORIA CIDADÃ:
UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Introdução

Este trabalho tem como objetivo listar os passos necessários à realização de uma auditoria da dívida. Foi desenvolvido com base em estudos elaborados pela Auditoria Cidadã no Brasil, movimento inserido na Campanha Jubileu Sul - coalizão de igrejas, sindicatos, organizações não-governamentais e cidadãos que entendem que o processo de endividamento dos países do terceiro mundo é injusto e está inviabilizando sua existência e sobrevivência.

O movimento pela Auditoria Cidadã decorreu do resultado do Plebiscito da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro de 2000, no qual 6.030.329 cidadãos, de 3.444 municípios do País, se manifestaram, sendo que mais de 95% votaram NÃO à manutenção do Acordo com o FMI, NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores.

Enquanto o Congresso Nacional não convoca a auditoria oficial, como determina a Constituição Federal, um grupo de entidades, dentre elas o Unafisco Sindical, vem se organizando para promover uma auditoria que se denomina cidadã, exatamente pelo fato de estar sendo realizada por cidadãos e para os cidadãos.

PART II

Jubilee South Campaign - Citizen
Auditing of the Debt

THE STEPS OF THE CITIZEN DEBT
AUDITING:
A BRAZILIAN EXPERIENCE

Introduction

The objective of this work is to list the necessary steps to the accomplishment of an auditing of the debt and was developed on the basis of studies elaborated by the Citizen Auditing in Brazil, movement inserted in the Jubilee South Campaign - coalition of churches, not-governmental organizations and citizens who understand that the process of indebtedness of the countries of the third world is unfair and is becoming impracticable its existence and survival.

The movement of the Citizen Auditing originated from the result of the External Debt Plebiscite, carried through in Brazil on September 2000, in which 6.030.329 citizens, from 3.444 cities all over the Country, voted. More than 95% had voted NOT to the maintenance of the Agreement with the IMF, NOT to the continuity of the external debt payment without the accomplishment of an auditing, foreseen in the Federal Constitution and NOT to the destination of main part of the budgetary resources to speculators.

While the National Congress does not convoke the official auditing, foreseen in the Federal Constitution, a group of entities, including Unafisco Sindical, joined to promote an auditing, named Citizen Auditing, accurately due to being carried through by citizens and for the citizens.

A prática de uma política econômica estéril, que destina a maioria dos recursos ao pagamento das dívidas interna e externa, é uma característica que irmana vários países endividados, impedindo que grande parte da população tenha uma vida digna. O peso do endividamento é transferido para a sociedade, muitas vezes desconhecadora da causa dos principais problemas sociais, tais como a miséria, a fome, o desemprego, a violência. Daí a necessidade de realizarmos uma auditoria da dívida, a fim de revelar toda a verdade sobre esse processo e suas graves consequências.

O Brasil não está só nesse processo. Os governos dos países em desenvolvimento não têm conseguido se libertar das amarras da dívida. Apesar dos diversos recursos jurídicos previstos no Direito Internacional, o sistema financeiro dos países ricos impõe cláusulas leoninas a essas nações, comprometendo sua soberania. A ânsia de buscar uma saída para esse quadro de dependência e espoliação é generalizada.

Esperamos, junto com o movimento da Auditoria Cidadã da Dívida, criar um fórum permanente de discussão sobre o processo de endividamento, resgatando fatos, documentos e provas que demonstrem a ilegitimidade desse processo e fundamentem a busca de alternativa concreta e viável, no sentido de reduzir o montante dessa questionável dívida.

Visamos, também, a viabilizar a construção de uma articulação dos países endividados em torno da realização de auditorias, buscando trazer à tona toda a verdade sobre o processo que vitima nossos países. A partir do levantamento de fatos e documentos que evidenciem a ilegitimidade desse processo, os países endividados poderão promover ações conjuntas, de forma organizada e articulada, resgatando-se os princípios da Ética e da Justiça que devem reger as relações entre os povos.

The practice of a barren economic policy, that destines the majority of the resources to the payment of the internal and external debts, is a characteristic that join many indebted countries, hindering a big part of the population to have the right of a life with dignity. The burden of the indebtedness is transferred to the society, that many times don't know about the cause of the main social problems, such as misery, hunger, unemployment, violence. Those are the reasons for the necessity to carry through an auditing of the debt, in order to reveal all the truth on this process and its serious consequences.

Brazil is not alone in this process. Governments of developing countries have not became free of the debt arrest. Despite the many legal resources inserted in the International Law, the financial system of the rich countries imposes severe clauses to these nations, compromising its sovereignty. The anxiety to search an exit of this conjuncture of dependence and spoliation is generalized.

We hope, with this movement of the Citizen Auditing of the Debt, to create a permanent forum of discussion about the indebtedness process, rescuing facts, documents and proofs that demonstrate the illegitimacy of this process and also base the search of a concrete and viable alternative, in the direction to reduce the sum of this questionable debt.

We aim at, also, to make possible the construction of an articulation among indebted countries around the accomplishment of auditings, to search to bring up all the truth on the process that sacrifices our countries. From the collection of documents and facts that evidence the illegitimacy of this process, the indebted countries will be able to promote joint actions, in an organized and articulated way, that rescues the principles of Ethics and Justice that must rule the relations among all countries.

Experiência Brasileira: Auditoria CIDADÃ da Dívida

O objetivo da auditoria da dívida é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da Dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das Dívidas Interna e Externa. A auditoria da Dívida Externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até hoje não cumprido.

O grupo de trabalho tem acessado documentos e realizado estudos, visando a resgatar o processo histórico e, simultaneamente, tem acompanhado o comportamento do endividamento e seus mecanismos na atualidade. Todos os trabalhos realizados são amplamente divulgados por meio de publicações didáticas, tais como boletins, cartilhas, vídeo e livro, além da página na internet: www.divida-auditoriacidada.org.br.

Brazilian experience: CITIZEN Auditing of the Debt

The objective of the auditing of the debt is to dissect the indebtedness process of the Country, to disclose the true nature of the Debt and, from there, to promote actions in the direction of reducing the sum of the Internal and External Debts. The auditing of the External Debt is foreseen in the Brazilian 1988 Federal Constitution, article 26 of the Act of the Transitory Constitutional Disposals, still not accomplished.

The Citizen Auditing work group has accessed documents and carried through studies, to rescue historical process and, simultaneously, and has been followed the behavior of the indebtedness and its mechanisms in the present time. All the carried through works are widely divulged by means of didactic publications, such as bulletins, folders, video and book, beyond the page in the InterNet www.divida-auditoriacidada.org.br.

Para levantar a situação real das Dívidas Externa e Interna é preciso atentar para os seguintes itens:

- montante, composição, perfil e custos;
- origens, objetivos, condições e circunstâncias de sua constituição;
- prazos, destinação efetiva dos recursos;
- grau de comprometimento do orçamento público de forma a evidenciar o custo social;
- legitimidade, legalidade das dívidas;
- evolução histórica e projeção futura;
- o que foi efetivamente pago, quem se beneficiou e quais as relações de dependências criadas;
- comissões pagas;
- juros contratados x juros pagos;

To collect data about the real situation of the external and internal debts it is necessary to keep attention to the following itens:

- sum, composition, profile and costs;
- origins, objectives, conditions and circumstances of its constitution;
- fixed terms, accomplished destination of the resources;
- degree of engagement of the public budget to evidence the social cost;
- legitimacy; legality of the debts;
- historical evolution and future projection;
- what has been effectively paid, who has benefited from it, and which dependence relations have been appeared;
- paid commissions;



- alterações unilaterais de cláusulas;
- exigências não previstas em contratos;
- distinção da dívida contraída para investimento e da dívida contraída exclusivamente para pagar juros;
- gestão temerária da dívida e a relação entre a política econômica adotada e a evolução do processo de endividamento.

A experiência brasileira da Auditoria Cidadã da Dívida que apresentaremos vem seguindo os seguintes passos:

I - Resgate Histórico da Dívida:

1. Estudo sobre a evolução das Dívidas Externa e Interna, destacando-se:

- Elevação unilateral das taxas de juros pelos credores
- Contratação de dívidas por governos militares
- Estatização de dívidas privadas
- Nova oferta de capitais na década de 90 e conversão de dívidas contratuais em títulos
- O surgimento da Dívida Interna
- Manutenção de elevadas taxas de juros
- Políticas de ajuste fiscal
- Privatizações
- Produção de “Superávit Primário”
- Aumento da carga tributária e cortes nos gastos sociais
- Comparação entre os valores pagos e os empréstimos recebidos.

2. Coleta de documentos e dados sobre a dívida.

3. Análise da documentação obtida: relatórios, resoluções do Senado Federal, contratos e demais documentos.

II - Acompanhamento dos Fatos Atuais

Compreende o acompanhamento de documentos e fatos atuais, que guardam relação com o processo de endividamento, tais como:

- contracted interests x paid interests, unilateral alterations of clauses;
- requirements not foreseen in contracts;
- distinction between the debt acquired for investment from the debt acquired exclusively to pay interests;
- reckless management of the debt and the relation between the adopted economic policy and the evolution of the indebtedness process.

The Brazilian experience of the Citizen Auditing of the Debt that we present will have the following steps:

I - Historical analysis of the Debt:

1. Study on the evolution of the External and Internal Debts, being distinguished:

- Unilateral rise of the interest rates by the creditors
- The act of debt contract by military governments
- Nationalization of private debts
- New offers of capitals in the decade of 90 and conversion of contractual debts in bonds
- The sprouting of the Internal Debt
- Maintenance of high interest rates
- Politic of fiscal adjustment
- Privatizations
- Production of “Primary Surplus”
- Increase of the tax burden and cuts in the social expenses
- Comparison between the paid values and the received loans

2. Document and data collection on the debt.

3. Analysis of the obtained documentation: reports, resolutions of the Federal Senate, contracts and other documents.

II - Accompaniment of the Current Facts:

It includes the accompaniment of the current document and facts, that keep relation with the indebtedness process such as:

- Orçamento da União, denunciando-se o quanto é destinado para o pagamento de juros e amortização da dívida e o quanto é destinado aos gastos sociais;
- Sucessivos acordos entre o Brasil e o FMI, suas condicionalidades e exigências;
- Sucessivas propostas de renegociação soberana e arbitragem;
- Mecanismos relacionados ao processo de endividamento, tais como Risco-País e CAC - Cláusula de Ação Coletiva ;
- Acompanhamento da legislação tributária e da regulamentação expedida pelo Banco Central, denunciando-se a relação entre o processo de endividamento e as práticas de lavagem de dinheiro.

III - Compilação de Argumentos Jurídicos

Consiste no estudo de princípios e argumentos jurídicos do Direito Internacional, que respaldam a revisão do processo de endividamento ilegal e ilegítimo:

- Dívida Odiosa
- Caso Fortuito ou Força Maior
- Cláusula *rebus sic stantibus*

IV - Conclusão

Desenvolveremos, a seguir, os passos dessa experiência brasileira de realização de uma auditoria cidadã da dívida, ilustrando-os com exemplos de auditorias realizadas em outros países.

I - RESGATE HISTÓRICO DA DÍVIDA

1. Estudo sobre a evolução da Dívida

Externa do País ao longo do tempo, abrangendo tanto a Dívida Pública (federal, estadual e municipal) quanto a Dívida Privada, (contraída em moeda estrangeira pelas instituições financeiras e grandes empresas), verificando-se os fatos históricos que a geraram. Este estudo permite a identificação dos principais alvos da auditoria. O estudo abrange também a evolução da Dívida Interna, contraída junto a credores nacionais, em moeda local, verificando-se a sua correlação com a Dívida Externa.

Os passos dados pelo grupo envolvem: realização de pesquisas, organização de grupos

- Federal Budget, that shows how much it is destined for the payment of interests and amortization of the debt and how much is destined to the social expenses;
- Successive agreements between Brazil and the IMF, its demands and requirements;
- Successive proposals of sovereign renegotiation and arbitration;
- Mechanisms related to the indebtedness process, such as Risk-Country and Collective Action Clauses (CAC);
- Accompaniment of the tax legislation and the regulation made by the Central Bank, denouncing the relation between the indebtedness process and the practice of money laundering.

III - Compilation of Legal Arguments

It consists in the study of principles and legal arguments of the International Law, that endorse the revision of the process of illegal and illegitimate indebtedness:

- Hateful debt
- Randon case or “force majeure”
- *rebus sic stantibus* Clause

IV - Conclusion

We will develop the steps of this Brazilian experience of accomplishment of an citizen auditing of the debt, and we will illustrate them with examples of auditings carried through in other countries.

I - HISTORICAL ANALYSIS OF THE DEBT

1. Study on the evolution of the External Debt of the Country throughout time, encloses both the Public Debt (federal, state and municipal) as the Private Debt, as acquired in foreign currency for the financial institutions and great companies, verifying the historical facts that had generated it. This study it allows the identification of the main targets of the auditing. The study also encloses the evolution of the Internal Debt, acquired from the national creditors, in local currency, verifying the correlation with the External Debt.

The steps given by the group involve: accomplishment of researches, organization of

de estudos com intelectuais, professores universitários, funcionários públicos, estudantes e cidadãos interessados, elaboração de materiais e organização de eventos para divulgação à sociedade.

A partir desses estudos, constatamos que a proposta de auditoria da dívida não é uma novidade. Resgatamos importante precedente histórico, denominado pelo professor brasileiro Reinaldo Gonçalves como “Lições da Era Vargas” (Gonçalves, 2003:111; Gonçalves e Pomar, 2000:9), referindo-se à auditoria realizada a partir de 1931, quando se apurou que apenas 40% dos contratos se encontravam documentados, não havia contabilidade regular e nem controle das remessas ao exterior. Naquela época, houve uma articulação entre 14 países da América Latina, o que hoje é proibido pelo FMI, que exige que cada país se apresente sozinho para negociar com o Fundo.

“A dívida, de 1,294 bilhão de dólares em 1930, foi reduzida a 597 milhões de dólares em 1948. Em 1930, o serviço da dívida representou 30% das exportações, enquanto em 1945 só representou pouco mais de 7%. Na ocasião, para sustentar a decisão unilateral de suspender o pagamento, as autoridades brasileiras recorreram a uma auditoria. Em 1931, por decreto, todos os contratos de empréstimos públicos externos foram revistos.” Eric Toussaint, CADTM, Acordo com o FMI, estágio atual da Auditoria da Dívida e as responsabilidades do Governo Lula (artigo publicado em 2003, disponível no site www.jubileubrasil.org.br).

A partir dos estudos realizados, o grupo da Auditoria Cidadã vem produzindo materiais no sentido de divulgar os **principais mecanismos que influenciaram o crescimento da Dívida Externa, destacando-se:**

- a) **Elevação unilateral das taxas de juros pelos credores:** No Brasil, e em vários países, a Dívida Externa surgiu a partir da grande oferta de capitais na década de 70, decorrente da Crise do Petróleo, em 1973. A dívida foi negociada pelos governos militares da época a juros flutuantes, o que deu ao país credor a possibilidade de aumentar livremente as taxas de juros. Isso

study groups of intellectuals, university professors, public officers, interested students and citizens, elaboration of materials and organization of events for spreadingint to the society.

From these studies, we discover that the proposal of auditing of the debt is not a newness. We rescue important historical precedent, named by the brazilian professor Reinaldo Gonçalves as “Lições of the Vargas Age” (Gonçalves, 2003:111; Gonçalves e Pomar, 2000:9). It relaties to the auditing carried through from 1931, when was discovered that only 40% of contracts were selected in found registered, because there was no regular accounting and nor control of the remittances to the exterior. At that time, there was an articulation among 14 countries of Latin America, what is forbidden today by the IMF, which demands that each country presents alone to negotiate with the Fund.

“A debt of 1,294 billion dollars in 1930, was reduced to 597 million dollars in 1948. In 1930, the service of the debt represented 30% of the exportations, while in 1945 it only represented little more than 7%. In the occasion, to support the unilateral decision of suspending the payment, the Brazilian authorities had appealed to an auditing. In 1931, by decree, all the external public loan agreements had been reviewed”. Eric Toussaint, CADTM, Agreement with the IMF, current stage of the Auditing of the Debt and the responsibilities of the Lula Government (article published in 2003, available in the site www.jubileubrasil.org.br).

From the carried through studies, the group of the Citizen Auditing had been producing material to divulge the main mechanisms that had influenced the growth of the External Debt, as:

- a) **Unilateral Rise of the interest rates by the creditors:** In Brazil, and some countries, the External Debt appeared from the great offer of capitais in the decade of 70, decurrent of the Crisis of the Oil, in 1973. The debt was negotiated by the military governments with floating interests, what gave to the creditor country the possibility to increase interest

determinou a multiplicação das dívidas externas do Terceiro Mundo. Esse aumento unilateral das taxas de juros é considerado ilegal pelo Direito Internacional.

A CO-RESPONSABILIDADE DOS CREDORES

Argentina: O Processo Olmos Alejandro

Na Argentina, em consequência da luta travada pelo jornalista argentino Alejandro Olmos desde 1982, foi instaurado um processo num tribunal argentino, quando se solicitou a profissionais da área econômica, provenientes de faculdades locais, a elaboração de estudo a partir de dados fornecidos pelo Banco Central. Concluiu-se que entidades internacionais (FMI, BIRD), juntamente com o governo ditatorial de então, direcionaram o país para a estagnação financeira por meio da política de endividamento externo, caracterizando a co-responsabilidade dos credores. A crise da dívida já podia ser prevista, e os encargos econômicos poderiam ser solucionados de forma diversa, no entanto, recorreu-se à política de empréstimos, com incentivo do FMI.

No Brasil : Relatório do Senador Fernando Henrique Cardoso (elaborado em 1987) Presidente brasileiro de 1995 a 2002

“O engajamento dos países em desenvolvimento nesse processo [de endividamento] foi possibilitado, obviamente, pelos bancos internacionais, que concediam os empréstimos; endossado pelo FMI, que acompanhava e avaliava, anualmente, as economias dos seus membros; e encorajado pelos governos dos países credores, que deram apoio político à estratégia de crescimento econômico com financiamento externo. Torna-se evidente, desta perspectiva, que a crise da dívida externa do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores.”

Decorrente desses fatos e dos estudos, uma das proposições do Grupo da Auditoria Cidadã no Brasil é a apresentação de ações judiciais perante a Corte Internacional de Haia pedindo que aquele Tribunal declare a ilegitimidade da

rates freely. This determined the increase of the external debts of the Third World. This unilateral increase of the rates interest is considered illegal by the International law.

THE CREDITORS CO-RESPONSABILITY

Argentina: The Olmos Alejandro Process

In Argentina, in consequence of the fight by Argentine journalist Alejandro Olmos since 1982, a process in an Argentine court was restored, when it was requested to professionals of the economic area, prosecuted from local faculties, to elaborate a study from data supplied for the Central Bank. It was concluded that international entities (IMF, BIRD), together with the dictatorial government, had directed the country for the financial stagnation by means of the politics of external indebtedness, what characterized the co-responsibility of the creditors. The crisis of the debt already could be foreseen, and the economic incubencies could be solved in diverse ways, however, they appealed to the politics of loans, with incentive of the IMF.

In Brazil: Report of the Senator Fernando Henrique Cardoso (elaborated in 1987) Brazilian President (1995 - 2002)

“The enrollment of the developing countries in this process [of indebtedness] was made possible, obviously, by the international banks, that granted the loans, endorsed for the IMF, which followed and evaluated, annually, the economies of its members; and it was encouraged by the governments of the creditors countries, that had given the political support to the strategy of economic growth with external financing. It becomes evident, from this perspective, that the crisis of the external debt of the Third World involves the co-responsibility of the debtors and the creditors”.

Decurrent of these facts and studies, one of the proposals of the Group of the Citizen Auditing in Brazil it is the presentation of legal actions in the International Court of Haia to ask for that Court declares the illegitimacy of the debt of the countries, or part of it, in result of the illegitimate artifices used by the creditors

dívida dos países, ou parte dela, em decorrência dos vícios representados pelos artifícios ilegítimos utilizados pelos credores na contratação, na cobrança e nos parâmetros de remuneração.

- b) **A contratação de dívida por governos militares:** também é altamente questionável, pois foi assumida sem o conhecimento da sociedade e sem a aprovação pelo Senado Federal, por meio de diversos contratos sigilosos e que, muitas vezes, lesavam cidadãos e contrariavam os interesses do país. Instituto do Direito Internacional classifica essas dívidas como “Dívida Odiosa”, sujeita a anulação.
- c) **A estatização de dívidas privadas:** este é outro fator determinante do crescimento da Dívida Externa pública nos países do Terceiro Mundo. No Brasil, na década de 80, dívidas privadas que não podiam ser pagas devido à falta de divisas em moeda estrangeira no Banco Central, foram assumidas pelo governo. Na Argentina, com o processo Olmos, os especialistas verificaram a excessiva concessão de autorização do governo ao recebimento de empréstimos externos contratados por empresas privadas, sem prévio estudo técnico necessário à sua aprovação. Dívidas de bilhões de dólares, contraídas até mesmo por instituições financeiras privadas, foram assumidas pelo governo argentino, enquanto o povo amargava o crescimento espantoso do desemprego e da miséria. O Processo Olmos também verificou outras formas de estatização de dívidas privadas, tais como a tomada de empréstimos pelo governo, cujos dólares eram fornecidos para as empresas privadas quitarem suas dívidas.
- d) **A nova oferta de capitais na década de 90 e a conversão de dívidas contratuais em títulos:** recentemente, na década de 90, houve uma nova oferta de capitais financeiros, fazendo com que as dívidas do Terceiro Mundo sofressem novo aumento. Essa oferta de capitais se caracteriza também como **Dívida Odiosa**, uma vez que apenas serviu para o pagamento de juros

in the act of contract, the collection and the parameters of remuneration.

- b) **The act of debt contract by military governments** also is highly questionable, because it was assumed without the knowledge of the society and the approval by the Federal Senate, by means of diverse secret contracts, wich that, many times, injured citizens and opposed the interests of the country. The Institute of the International Law classifies these debts as **Hateful Debt**, subjects to cancellation.
- c) **The nationalization of private debts:** this is another determinative factor of the growth of the public External Debt in the Third World countries. In Brazil, in the decade of 80, private debts that could not be paid due to lack foreign currency in the Central Bank had been assumed by the government. In Argentina, with the Olmos process, the specialists had verified the extreme concession of government authorization to the act of receiving of external loans contracted by private companies, without previous technical study necessary to its approval. Debts of billions of dollar, contracted even though by private financial institutions, had been assumed by the Argentine government, while the people suffered with the amazing growth of the unemployment and the misery. The Olmos Process also verified other forms of nationalization of private debts, such as the taking of loans by the government, whose dollars were offer to private companies to quit its debts.
- d) **The new offer of capitals in the 90’s and the conversion of contractual debts in bonds:** Recently, on the decade of 90, there was a new offer of financial capitals, producing a new increase of the Third World debts. This capitals offer as also characterizes **Hateful Debt**, because only served for the payment of previous debts interests. In some countries, there was the transformation of contractual debts in titles or bonus, that could be resold for other investors. This spread out the debt, making difficult the process of renegotiation and auditing of these debts.

de dívidas anteriores. Em vários países, houve também a transformação de dívidas contratuais em títulos ou bônus, que poderiam ser revendidos para outros investidores. Isso “pulverizou” a dívida, dificultando o processo de renegociação e de auditoria dessas dívidas.

e) O surgimento da Dívida Interna: no Brasil, a atração de capitais estrangeiros - para o financiamento das contas externas - não se deu apenas mediante empréstimos em dólares. O governo se endividou em moeda brasileira, pagando juros altíssimos sobre os títulos da Dívida Interna adquiridos pelos investidores brasileiros e estrangeiros. Durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, a Dívida Interna aumentou de R\$ 59,7 bilhões, em 1994, para R\$ 687 bilhões em dezembro de 2002, apesar dos volumosos pagamentos. No primeiro ano do governo Lula, a Dívida Interna aumentou para R\$ 753 bilhões. O governo alega que a principal razão do crescimento acelerado da dívida foi a assunção de dívidas estaduais e municipais. Estudos em andamento pelo grupo da Auditoria Cidadã apontam que o fator mais relevante foi exatamente a política de elevadas taxas de juros, aliada a erros na condução da política monetária do País, tais como a “marcação a mercado dos títulos públicos” em 2002 e a demora em reduzir a taxa de juros em 2003.

f) Manutenção de elevadas taxas de juros: pode-se dizer que a história do endividamento brasileiro é um Caso de Usura. A prática de uma política de juros elevados - os mais altos do planeta - sangra os recursos públicos e tem sido um desastre à economia do País, especialmente para o setor produtivo, mas favorece enormemente ao capital financeiro. O lucro dos bancos, que aplicam a maior parte de seus ativos em títulos da dívida, tem-se multiplicado a cada ano.

Devido à extrema vulnerabilidade do Brasil diante da condução da política externa, em alguns períodos, a taxa de juros praticada no Brasil atingiu níveis exorbitantes, conforme quadro da página seguinte.

e) The sprouting of the Internal Debt: In Brazil, the attraction of foreign capitals for the financing of the external accounts - happened not only through loans in dollar. The government became indebted in Brazilian currency, paying the highest interests on the titles of the Internal Debt which here acquired by the Brazilian and foreign investors. During the eight years of Fernando Henrique Cardoso government, the Internal Debt increased from R\$ 59,7 billion, in 1994, for R\$ 687 billion in december 2002, despite the voluminous payments. In the first year of the Lula government, the Internal Debt increased to R\$ 753 billion. The government alleges that the main reason of the quick growth of the debt was the assumption, by Federal government, of state and municipal debts. Studies in progress by the group of the Citizen Auditing point that the most important factor was accurately the policy of high interest rates, allied to errors in the conduction of the monetary policy of the Country, such as the “loss of the public titles values” in 2002 and the delay in reducing the interest rates in 2003.

f) Maintenance of high tax rate: It can be said that the history of the Brazilian indebtedness is a Case of Usury. The practice of high interest rates - the highest on the planet - bleeds the public resources and it has been a disaster to the economy of the Country, especially for the productive sector, but it favors enormously the financial capital. The profit of the banks, that apply most of its asset in titles of the debt, has been multiplied to each year.

Due to extreme vulnerability of Brazil with the conduction of the external policy, in some periods, the interest rates practised in Brazil reached excessive levels, as the table (on next page) shows.

g) Politics of fiscal adjustment: In Brazil, the implemented actions for estabilizing the currency and for controlling the inflation resulted in great political accomplishments, but they are costing high price to the nation. They had been the main responsible

Evolução das taxas de juros anuais no Brasil Evolution of the annual interest rates in Brazil			
Ano / Year	Mês / Month	Taxa / Rate (%)	Conjuntura / Situation
1997	Novembro	44,92	Crise Asiática / Asian Crisis
1998	Novembro	42,70	Crise Russa / Russian Crisis
1999	Abril	41,91	Crise Brasileira / Brazillian Crisis
2001	Setembro	19,05	Crise Argentina e atentados nos EUA / Argentine Crisis and September 11
2003	Junho	26,50	Manipulação do Risco-País por agências internacionais / Manipulation of Country Risk by international agencies
Fonte: Banco Central do Brasil / Central Bank			

g) **Políticas de ajuste fiscal:** no Brasil, as ações implementadas para “estabilizar” a moeda e “controlar a inflação” renderam enormes frutos políticos, mas estão custando muito caro à nação. Foram as grandes responsáveis pela explosão da Dívida Interna nos anos 90, com reflexos também na Dívida Externa. As principais medidas adotadas foram:

- elevação substancial das taxas de juros, visando a atrair investimentos;
- abertura indiscriminada dos portos, reduzindo-se tarifas e liberando-se importações;
- manutenção do câmbio artificialmente valorizado, desestimulando as exportações e incentivando importações em prejuízo da indústria nacional;
- redução do papel do Estado na economia, principalmente mediante privatizações em benefício de grupos estrangeiros;
- produção de superávits primários às custas do sacrifício de investimentos e gastos sociais.

Essas medidas tiveram como resultado o crescimento exponencial da dívida pública, prejuízos à indústria nacional e aos trabalhadores.

É importante ressaltar que essas medidas são recomendadas pelo FMI, mas inversas às aplicadas nos países de seus dirigentes.

ones for the explosion of the Internal Debt in years 90, with consequences also in the External Debt. The main adopted measures had been:

- substantial rise of the interests rates, to attract foreign capital;
- indiscriminate opening of the ports, reduced import tariffs and liberated importation;
- maintenance of the artificially valued exchange rate, discouraged the exportations and stimulated importation in damage of the national industry;
- reduction of the role of the State in the economy, mainly by means of privatizations in benefit of foreign groups;
- production of primary surpluses sacrificing the investments and social expenditures.

These measures resulted in the exponential growth of the public debt, and in damages to the national industry and the workers.

It is important to stand out that these measures recommended by the IMF are inverse ones were applied in the countries of its controllers.

Outros fatores ainda influenciaram o crescimento da dívida pública:

- saneamento das empresas estatais antes da privatização mediante aporte de recursos públicos;
- assunção, por parte da União, de questionáveis dívidas de estados e municípios;
- programas de socorro a bancos públicos e privados (PROER I e II).

h) Privatizações: empresas estratégicas e lucrativas foram privatizadas na década de 90, a preços irrisórios, e ainda se utilizando recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, um dos principais bancos estatais brasileiros. As alegações eram de que o Estado estava muito inchado e, com as vendas, grandes somas de recursos ingressariam no Tesouro possibilitando o pagamento da maior parte da dívida brasileira. Há uma série de questionamentos sobre esse processo de privatização, um dos mais rápidos e vultosos de que se tem notícia no mundo. Muitas dessas empresas foram vendidas a grupos estrangeiros, que passaram a adquirir parcela considerável de seus insumos e serviços no exterior, e ainda a remeter lucros para seus países, aumentando a nossa necessidade de moeda estrangeira e, por consequência, fazendo crescer a Dívida Externa.

Na Argentina, cerca de 90% dos bancos e 40% das indústrias foram privatizadas, mas ainda assim o montante do endividamento externo teve um crescimento estrondoso. Tal como ocorreu no Brasil, as tarifas dessas empresas aumentaram, a qualidade dos serviços piorou e há uma série de denúncias de corrupção envolvendo as vendas.

Por isso é importante uma auditoria que alcance não somente os aspectos da dívida, mas também os processos de privatização.

i) Produção de “Superávit Primário”: o superávit primário representa a “economia” feita para pagar os juros da dívida, por meio de cortes de gastos, de um lado, e aumento da arrecadação, de outro. Tem sido uma das

Other factors had still influenced the growth of the public debt:

- sanitation of the state-owned companies before the privatization by means of public resources;
- assumed, by federal government, of questionable debts of states and cities;
- aid programs to public and private banks (PROER I and II).

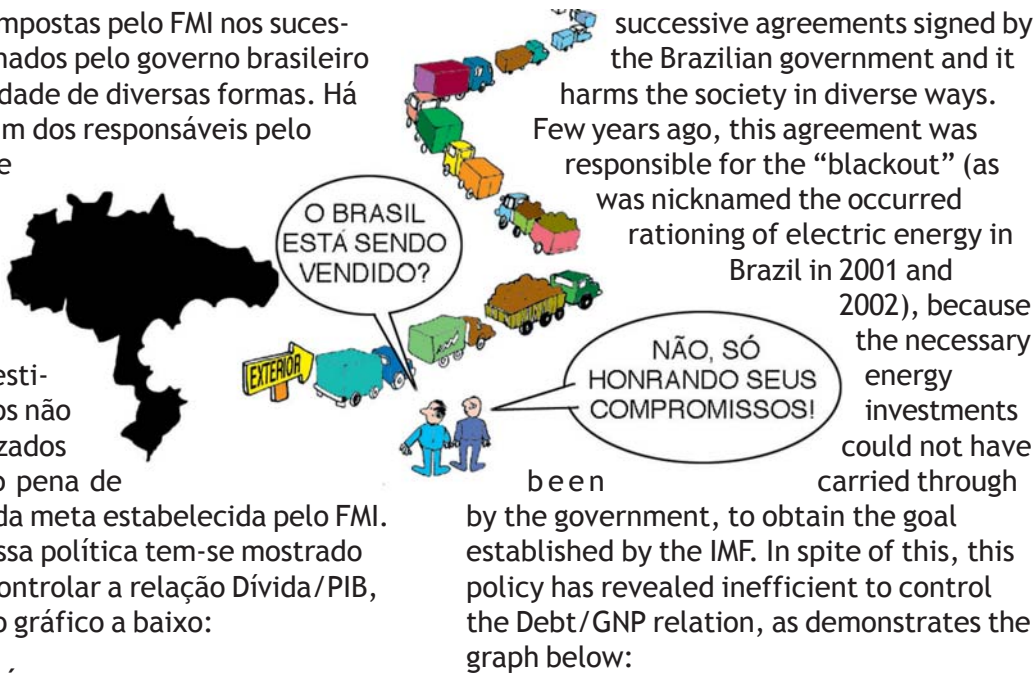
h)Privatizations: Strategical and lucrative public companies had been privatized in the decade of 90, for very low prices, and using resources of the Brazilian Economic and Social Development Bank, one of the main Brazilian state banks. The allegations were that the State was very big and, with the sales, great additions of resources would enter in the Treasury, allowing the payment of the biggest part of the brazilian debt. There is several questionings on this privatization process, one of the fastest and biggest seen in the world. Many of these companies had been sold to the foreign groups, that had started to acquire considerable parcel of its row material and services in the exterior and send profits for its countries, increasing our necessity of foreign currency and, for consequence, increasing the External Debt.

In Argentina, about 90% of banks and 40% of the industries had been privatized, but still thus the sum of the external indebtedness had a thundering growth. Such as it occurred in Brazil, the tariffs of these companies had increased, the quality of the services got worse and there is several denunciations of corruption involving sales.

Therefore, the auditing is important to reach not only the aspects of the debt, but also the privatization processes.

i) Production of “Primary Surplus”: The “primary surplus” represents the “economics” made to pay the interests of the debt, by means of cuts of expenses and increase of the tax revenues. It has been one of the main goals imposed by IMF in the

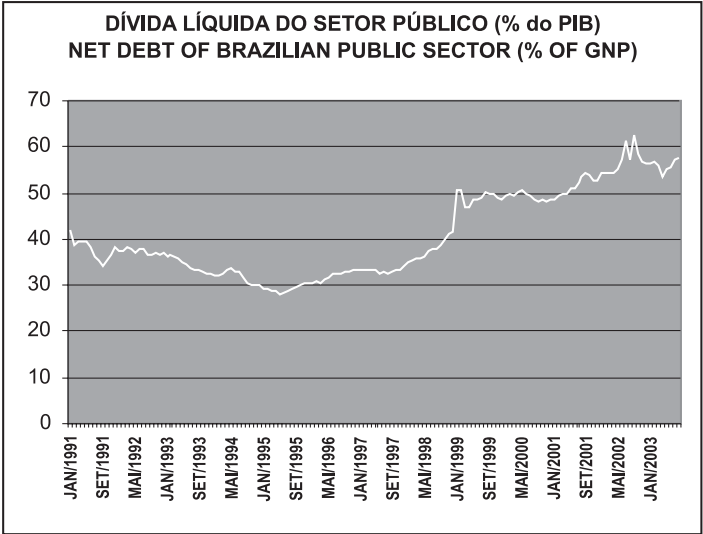
principais metas impostas pelo FMI nos sucessivos acordos assinados pelo governo brasileiro e sacrifica a sociedade de diversas formas. Há poucos anos, foi um dos responsáveis pelo “apagão” (como se apelidou o racionamento de energia elétrica ocorrido no Brasil em 2001 e 2002), pois os investimentos necessários não puderam ser realizados pelo governo, sob pena de descumprimento da meta estabelecida pelo FMI. Apesar de tudo, essa política tem-se mostrado ineficiente para controlar a relação Dívida/PIB, como demonstra o gráfico a baixo:



O mais grave é que contínuos superávits fiscais geram um baixo crescimento econômico, aumentando a relação dívida/PIB, acen- tuando o processo de endividamento.

j) Aumento da carga tributária e cortes nos gastos sociais: no Brasil, a elevação da carga tributária prestou-se a viabilizar a crescente destinação de recursos para o pagamento dos juros da dívida.

O grupo de estudos da Auditoria Cidadã no Brasil vem denunciando as injustiças contidas no modelo tributário praticado no Brasil, que desrespeita os princípios constitucionais da progressividade e capacidade contributiva, libera o grande capital, os lucros, os juros, as grandes fortunas e heranças, enquanto penaliza trabalhadores e consumidores, onerando proporcionalmente mais a população de baixa renda. A elevação da carga tributária vem sendo acompanhada de cortes nos gastos sociais, viabilizando-se assim a produção do superávit primário, cujo produto é destinado ao pagamento dos juros da dívida.



Fonte: Banco Central do Brasil / Source: Brazilian Central Bank

The most serious problem is that continuous fiscal surpluses generates a low economic growth, increasing the relation debt/GNP, stimulating the indebtedness process.

j) Increase of the tax burden and cuts in the social expenses: In Brazil, the rise of the tax

burden was useful to make possible the increasing destination of resources for the payment of the debt interests.

The study group of the Citizen Auditing in Brazil has been denouncing the injustices contained in the tributary model practised in Brazil, that disrespect the constitutional principles of the progressivity and tax-paying ability, not tax the great capital, the profits, the interests, the great richnesses and inheritances, while penalize the diligent class and consuming people, burdening proportionally more the low income population. The rise of the tax burden has being followed by cuts in the social expenses, making possible the production of the “primary surplus”, that is

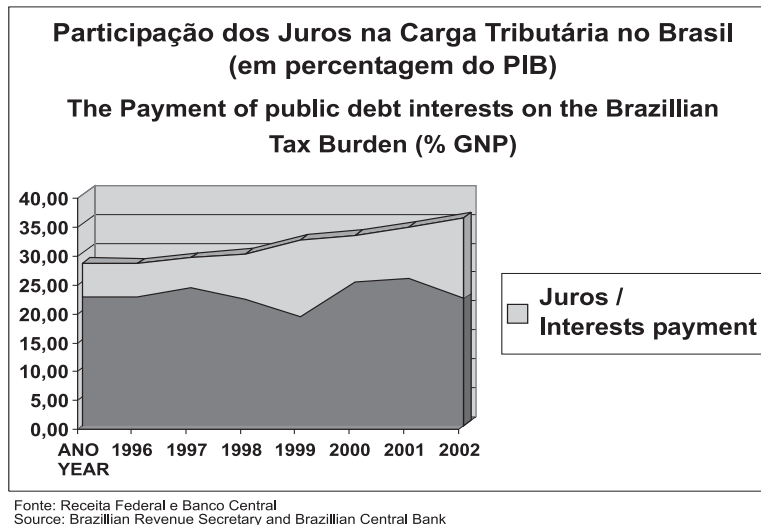
Os recursos destinados à Dívida somam a maior parte do Orçamento da União, prejudicando investimentos principalmente nas áreas sociais como saúde, educação, assistência social. Até mesmo dotações ao Programa “Fome Zero”, do Governo Federal, foram

utilizados para que fossem atingidas as metas de superávit primário! Essa política restritiva tem como resultado a estagnação do crescimento econômico, gerando contingentes crescentes de desempregados e subempregados, o que contribui para o aumento da violência e de toda espécie de injustiça social.

k) Comparação entre os valores pagos e os empréstimos recebidos: consiste no levantamento do histórico dos pagamentos a título de juros e amortizações, comparativamente aos valores dos empréstimos. Esta análise permite quantificar o quanto se pagou a mais do que seria devido. Tem-se, com isso, o valor que se busca recuperar a partir da realização da auditoria. A título de exemplo, cite-se o caso do Brasil, que, no período de 1978 a 2002, para um montante recebido em empréstimos de US\$ 527 bilhões, o País pagou US\$ 685 bilhões a título de juros e amortizações, promovendo uma transferência líquida de recursos para o exterior de US\$ 158 bilhões. Mesmo assim, a Dívida Externa multiplicou-se quase cinco vezes no período, saltando de US\$ 52,8 para US\$ 230 bilhões.

2. Coleta de documentos e dados sobre a dívida

No Brasil, a autorização para a assinatura de contratos de operações de empréstimos externos é da responsabilidade do Senado Federal. Ali ficam arquivados os relatórios, contratos e resoluções que tratam do processo de endividamento.



destined to the payment of the debt interests.

The resources destined to the Debt represent the main part of the Federal Budget, harming investments in the social areas as health, education, social assistance. Even though endowments to

the “Fome Zero” Program (“No Hunger”, in english), of the Federal Government, had been used by government to obtain goals of primary surplus! This restrictive policy has as result the stagnation of the economic growth, generating increasing contingent of unemployment and under-employment, contributing for the increase of the violence and all species of social injustice.

k) Comparison between the paid values and the received loans: It consists on the description of the interest and amortization payments, comparatively to the values of the loans. This analysis allows we quantify how much we paid more than we received by loans. So, we can find the value to be recouped through the accomplishment of the auditing. As an example, in Brazil, in the period from 1978 to 2002, Brazil received a sum of US\$ 527 billion by loans, and paid US\$ 685 billion for interest and amortizations, producing a liquid transference of resources to exterior of US\$ 158 billion. Even though, the External Debt had multiplied almost five times in the period, jumping from US\$ 52,8 billion for US\$ 230 billion.

2. Document and data collection on the debt

In Brazil, the authorization for the contract signature of foreign lending operations is under responsibility of the Federal Senate. In there, is filed the reports, contracts and resolutions about the indebtedness process. During the military dictatorship, when there

Durante a ditadura militar, quando houve um crescimento significativo da Dívida Externa, o Poder Executivo não tinha a obrigação de submeter, à aprovação do Senado, os pedidos de empréstimos externos e os termos dos contratos firmados com o sistema financeiro internacional. Por isso, grande parte dos empréstimos sequer está documentada no Senado brasileiro.

O grupo da Auditoria Cidadã, em pesquisa junto ao Senado, obteve cópias dos relatórios, contratos e resoluções da dívida. Outros documentos foram obtidos mediante solicitação, pelo grupo de estudos, a tomadores de empréstimos externos.

3. Análise da documentação obtida

a) Análise dos relatórios

- **Relatório da Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa**, apresentado em março de 1988, que efetuou avaliação das razões que levaram o governo brasileiro a suspender o pagamento dos encargos financeiros da Dívida Externa em 1987. O relatório, de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso, analisou o processo de endividamento a partir da década de 70 e chegou a importantes conclusões, entre estas:

- Os credores internacionais são co-responsáveis pelo elevado grau de endividamento das nações do Terceiro Mundo. Na década de 70, a alta do preço do petróleo proporcionou, de um lado, abundância de recursos aos países árabes e, de outro, déficits comerciais nos países desenvolvidos, maiores consumidores. “O possível confronto entre os países produtores-exportadores e países consumidores de petróleo foi evitado, assim, pelo endividamento dos países em desenvolvimento através da reciclagem dos petrodólares.” Para solucionar o problema dos seus déficits comerciais, os governos dos países credores encorajaram e deram apoio político, com o aval do FMI, ao financiamento dos países em desenvolvimento, com recursos dos países árabes depositados nos bancos internacionais.

was a significant growth of the External Debt, the Executive did not have the obligation to submit, to the approval of the Senate, the order of external loans and the terms of contracts firming with the international financial system. Therefore, a main part of the loans at least is registered in the Brazilian Senate. The group of the Citizen Auditing, in a research in the Senate, got copies of the reports, contracts and resolutions of the debt. Other documents had been gotten by means of request, by the group of studies, to the borrowers of external loans.

3. Analysis of the obtained documentation

a) Analysis of the reports

- **Report of the Special Commission of the Federal Senate for the External Debt**, presented on March 1988, that evaluated the reasons to the Brazilian government decision of suspend the payment of the External Debt financial incubencies in 1987. The report, of authorship of Fernando Henrique Cardoso senator, analyzed the process of indebtedness from the decade of 70 and show important conclusions, between these:

- international creditors are co-responsible for the increased degree of indebtedness of the Third World nations. In the decade of 70, the high of the oil price provided, on one side, abundance of resources to Arab countries and, on another one, commercial deficits in the developed countries, bigger consumers. “The possible confrontation between the producer exporter countries and consuming countries of oil was prevented, thus, by the indebtedness of the developing countries through the recycling of the petrodollars” To solve the problem of its commercial deficits, governments of the creditors countries had encouraged and given political support, with the endorsement of the IMF, to the financing of the developing countries, with resources of the Arab countries deposited in the international banks.
- About one fourth of the Brazilian External Debt, at that time, was due to

- Cerca de ¼ (um quarto) da Dívida Externa brasileira, naquela época, referia-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida em bens e serviços reais para o País e que tal fato decorreu de decisão unilateral do governo norte-americano de aumentar abruptamente as taxas de juros, o que elevou consideravelmente os compromissos com a dívida, tornando-a impagável.

- Relatório da Comissão Mista do Congresso Nacional, constituída em 1989, destinada ao exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. A auditoria não chegou a ser realizada. No entanto, o relator senador Severo Gomes fez profunda análise jurídica dos termos dos acordos celebrados entre o governo brasileiro e os credores internacionais, complementada pelos levantamentos do deputado federal Luís Salomão, relator que o sucedeu. O relatório final não chegou a ser votado na Comissão, por falta de quórum. Levado ao plenário da Casa, ele foi derrotado. Mais dramático ainda foi o fato de que as suas incisivas conclusões foram ignoradas pelos negociadores do Acordo da Dívida Externa junto aos Bancos Privados, posteriormente, em 1994, quando essa questionável dívida contratual foi transformada em títulos, processo que recebeu o nome de “securitização”.

As principais conclusões dos relatores foram:

- A ilegalidade da dívida, sua inconstitucionalidade e até ofensa ao patrimônio moral nacional, merecendo destaque a *“Cláusula de renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania”*, considerada pelo relator um dos fatos mais tristes e graves da nossa história.
- A factibilidade de reduzir o montante da dívida em US\$ 34 a US\$ 62 bilhões, com base em simulações elaboradas pelo Banco Central à época, devido à utilização indevida da majoração das taxas de juros flutuantes pelos credores.
- Necessidade da *“retomada das investigações e processos judiciais*

interests on previous interests, without any counterpart in real goods and services for the Country and such fact elapsed from unilateral decision of the North American government to increase the taxes of interests abruptly, what considerably raised the commitments with the debt, and made it unpayable.

- Report of the Commission of the National Congress, constituted in 1989, destined to the analytical and skillful examination of the acts that generated the Brazilian external indebtedness. The auditing was not carried through. However, senator Severo Gomes made a deep legal analysis of the terms of the agreements celebrated between the Brazilian government and the international creditors, complemented by the surveys of the federal deputy Luis Salomão, who replaced him. The final report was not voted by the Commission, due to lack of quorum. It was led to the Congress plenary, where it was defeated. More dramatical was the fact of that its incisive conclusions had been ignored by the negotiators of the Agreement of External Debt with the private banks, later, in 1994, when this questionable contractual debt was transformed into bonds, process that was named “securitization”.

The main parliamentarians conclusions was:

- the debt illegality, its unconstitutionality and even offence to the national moral patrimony, which deserves to stand out *“Clause of anticipated resignation to any allegation of sovereignty”*, considered by the senator one of the most serious and saddest facts of our history.
- the possibility to reduce the sum of the debt in a value between US\$ 34 billion and US\$ 62 billion, on the basis of simulations elaborated for the Central Bank, due to improper increase of floating interest rates by creditors.
- The necessity to “retaking the investigations and inquiries to recoup the losses originated from frauds and illicit businesses, to criminally the national and external responsables, as well as to repatriate resources that run

tendentes a recuperar as perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos, a responsabilizar penalmente os responsáveis internos e os cúmplices externos, bem como repatriar divisas evadidas clandestinamente. A impunidade desses crimes no Brasil tem sido fator moral de enfraquecimento da posição de nossos negociadores frente à banca internacional.”

b) Análise das Resoluções do Senado que versam sobre endividamento externo

O grupo de trabalho da auditoria cidadã obteve, junto ao Senado Federal, Planilha-arquivo contendo 815 Resoluções que versavam sobre endividamento externo. Procedeu à seleção dos empréstimos que tratavam dos temas Pobreza/Miséria e Energia Elétrica. Foram enviados 59 ofícios para governos dos estados, Tribunais de Contas Estaduais e da União, além de companhias de energia elétrica, solicitando informações sobre a efetividade do empréstimo e a destinação dos recursos. Desses, apenas 16 foram respondidos, destacando-se os seguintes:

- I. O presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, conselheiro Hélio Saul Mileski, informou que **“a operação de crédito está resguardada pelo sigilo bancário, na forma da Lei 4.595/64”**.
- II. A Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE - informou que **“as operações financeiras mencionadas nas Resoluções do Senado Federal não foram efetivadas por esta Companhia”**.
- III. O Tribunal de Contas de Roraima nos informou que é **“o Tribunal de Contas da União o órgão competente para controle e acompanhamento das contratações de operações de crédito, uma vez que é a República Federativa do Brasil que exerce o papel de garantidor/avalista nos referidos contratos”**.
- IV. O presidente do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul nos informou que

away secrecy. The impunity of these crimes in Brazil has been a moral factor of weakness of the position of our negotiators against the international banks.”

b) Analysis of the Senate resolutions about external indebtedness

The work group of the citizen auditing obtained from the Federal Senate electronic archive which contains 815 resolutions on external indebtedness. The group proceeded to the election of the loans that dealt with the subjects Poverty/Misery and Electric Energy. Fifty nine official letters have been sent to state governments, State and Federal Courts of Accounts and companies of electric energy, requesting information on the veracity of the loan and the destination of the resources. Only 16 of the 59 letters had been answered, among which the following ones stand out.

- I. The council member of the Court of Accounts of Rio Grande do Sul State, Helium Saul Mileski, informed that **“operation of credit is protected by the banking secrecy, in the form of Law 4,595/64”**.
- II. The State Company of Electric Energy- CEEE- informed that **“mentioned financial operations in the Resolutions of the Federal Senate had not been accomplished by this Company”**.
- III. The Court of Accounts of Roraima State informed that **“the Federal Court of Accounts is the competent agency for controlling and accompanying the acts of contract of credit operations, because the Republic of Brazil is who exerts guarantee/security to the related contracts”**.
- IV. The president of Court of Accounts of the Mato Grosso do Sul State informed that **“nothing was found in that Court of Accounts about the subject in question”**.
- V. The president of Court of Accounts of Pernambuco State informed **“that**

“nada foi encontrado naquele Tribunal do Contas que tratasse do assunto em questão”.

- V. O presidente do Tribunal de Contas de Pernambuco informou que **“esta Corte de Contas não dispõe das informações solicitadas naquele expediente”.**

Os demais ofícios encaminhados não mereceram resposta até o momento. Na nossa avaliação, as **respostas recebidas constituem uma boa amostra da necessidade de se auditar essa dívida.**

Esse trabalho foi apenas um passo inicial com o objetivo de verificar a destinação e aplicação dos recursos tomados. Há ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido de buscar informações sobre a correta aplicação desses recursos e sobre a conclusão das obras financiadas, apurando-se eventuais desvios.

Em alguns casos, é notória a não- conclusão de obras brasileiras financiadas externamente, tais como o Programa Nuclear, a Ferrovia do Aço, entre outros, os quais necessitam ser elucidados por meio de uma auditoria.

Casos internacionais a serem investigados por uma auditoria: nas Filipinas, foi construída uma usina termonuclear no valor de US\$ 2,5 bilhões de dólares que nunca funcionou por estar em um terreno sísmico. No Peru, a fábrica de papel Santiago de Cao não funciona por não ter água suficiente. Na Bolívia, a refinaria de estanho de Karachimpampa, nunca funcionou por estar localizada a 4000 metros de altura, sem oxigênio suficiente. Na Argentina, as dívidas privadas contraídas pelo Citibank e Bank of America, instalados naquele país, foram estatizadas e estão sendo pagas pelo povo argentino.

c) Análise de Contratos de empréstimos externos e outros documentos

O grupo de estudos da Auditoria Cidadã obteve, no Senado Federal, um conjunto de contratos de empréstimos externos e outros

this Court of Accounts does not make use of the requested information in that expedient”.

The another official letters already sent had not deserved reply until the moment. In our evaluation, the received answers constitute a good sample of the necessity of audit this debt.

This work was only a initial step with the objective to verify the destination and application of the taken resources. There is still a long way to be covered in the direction to search information on the correct application of these resources and on the conclusion of the financed workmanships, discovering probably deviating of the resources. In some cases, it is well-known the not-conclusion of externally financed Brazilian workmanships, such as the Nuclear Program and the Steel Railroad, among others, which need to be elucidated by means of an auditing.

International cases to be investigated by an auditing: in the Phillipins, it was constructed a USS 2,5 billion thermonuclear plant that never functioned because is located in a seismic land. In Peru, the Santiago de Cao paper plant does not function because there aren't enough water. In Bolivia, the Karachimpampa refinery never functioned because is located the 4000 meters of height, without enough oxygen. In Argentina, the private debts contracted by Citibank and Bank of America, installed in that country, had been nationalized and are being paid for the Argentine people.

c) Analysis of external loan agreements and other documents

The study group of Citizen Debt Auditing obtained, in the Federal Senate, a set of external loan agreements and other documents, relative to period from 1964 to 1979. The analysis of this documentation evidenced that:

- among few documents in archive in the Senate, there aren't contracts of Federal indebtedness, the main responsible to the debt;

documentos, relativos ao período de 1964 a 1979. Analisando essa documentação, constatou-se que:

- não existem, dentre os poucos documentos em arquivo no Senado, contratos de endividamento da União, maior devedora e responsável pela dívida;
- vários desses contratos estão redigidos em língua estrangeira;
- apenas 10% do endividamento passou pela aprovação do Senado;
- 51,18% do valor financiado era reajustado por juros flutuantes;
- 45,31% do valor financiado era regido por cláusula de **RENÚNCIA À SOBERANIA**.

Obteve-se recentemente, junto ao Senado Federal, os demais documentos existentes sobre operações de empréstimos externos, relativos ao período de 1980 aos dias atuais. Da análise preliminar observou-se a existência de cláusulas lesivas ao interesse nacional, tais como:

- vinculação entre a arrecadação de tributos e o pagamento de empréstimo externo;
- concessão de empréstimos externos vinculados à adoção de determinadas políticas econômicas e a aquisição de produtos específicos;
- fixação de foro estrangeiro em caso de litígio;
- concessão de empréstimo externo em moeda nacional;
- concessão de empréstimo vinculado à aquisição de produtos dos Estados Unidos ou de país membro do FMI;
- cobrança de juros anuais sobre a parcela não desembolsada dos empréstimos.

Essas cláusulas, extremamente lesivas ao interesse brasileiro, são as mesmas nos demais países do Terceiro Mundo, por se tratarem de contratos- padrão elaborados pelas mesmas organizações internacionais de “apoio” ao

- several of these contracts are written in foreign language;
- only 10% of the indebtedness was approval of the Senate;
- 51.18% of the financed value were readjusted by floating interests;
- 45.31% of the financed value were ruled by clause of **RESIGNATION TO THE SOVEREIGNTY**.

The Auditing group got recently, from the the Federal Senate, the another documents on foreign lend operations, relative to the period from 1980 until the current days. A preliminary analysis observed the existence of harmful clauses to the national interest, such as:

- entailing between the collection of tributes and the payment of external loan;
- concession of external loans tied with the adoption of determined economic policies and of the acquisition of specific products;
- setting of foreign forum in litigation case;
- concession of external loan in national currency;
- concession of loan linked to the acquisition of products of the United States or another member country of the IMF;
- collection of annual interests on the loan parcel still not given to the debtor.

These clauses, extremely harmful to Brazil, are the same ones in the other countries of the Third World, due to the existence of a contract-standard elaborated by the same international organizations of “support” to the development. The work of similar research, in other countries, will be important to the demonstration of the illegitimacy process we were submitted.

Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária Jan. a Out. de 2003 Federal government - Summarized Report of the Budgetary Execution - Jan. to Oct. of 2003			
Itens Selecionados / Selected items	Programados para o ano / Programmed for the year (R\$ mil)	Realizado até Outubro / Expense until October (R\$ mil)	% Realizado / Expensed
Segurança Pública / Public Security	2.718.813	1.502.686	55,27
Assistência Social / Social Assistance	9.300.997	5.866.504	63,07
Saúde / Health	27.969.412	20.206.979	72,25
Educação / Education	14.440.415	9.531.433	66,01
Cultura / Culture	352.036	117.489	33,37
Urbanismo / Urbanism	913.786	45.822	5,01
Habitação / Habitation	378.259	5.820	1,54
Saneamento / Sanitation	225.233	3.774	1,68
Gestão Ambiental / Environmental policy	2.356.242	427.529	18,14
Ciência e Tecnologia / Science and Tecnology	2.096.517	1.096.997	52,32
Agricultura / Agriculture	9.477.371	4.369.054	46,10
Organização Agrária / Land Reform	1.599.299	446.795	27,94
Energia / Energy	4.461.133	1.276.500	28,61
Transporte / Transport	5.724.333	1.186.934	20,73
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS / SUM OF THE SOCIAL EXPENSES	82.013.846	46.084.316	56,19
SERVIÇO DA DÍVIDA / DEBT SERVICE	141.542.905	86.151.197	60,87
Serviço da Dívida Interna / Internal debt service	110.787.686	63.616.055	57,42
Serviço da Dívida Externa / External debt service	30.755.219	22.535.142	73,27
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos - www.stn.fazenda.gov.br . Obs: O serviço da Dívida Externa refere-se à Dívida Externa pública. Source: Summarized report of the Budgetary Execution of the Federal Government and Other Demonstratives www.stn.fazenda.gov.br . Obs: The service of the External Debt due only to the public External Debt.			

desenvolvimento. O trabalho de pesquisa semelhante, em outros países, será de suma importância na demonstração da ilegitimidade do processo de endividamento a que fomos submetidos.

II - ACOMPANHAMENTO DOS FATOS ATUAIS

Compreende o acompanhamento de documentos e fatos atuais, relacionados ao processo de endividamento do País:

a) Acompanhamento do Orçamento da União e sua respectiva execução:

O grupo de estudos da Auditoria Cidadã tem denunciado o quanto é destinado ao pagamento de juros e amortização da Dívida e o quanto é destinado aos gastos sociais. É evidente a supremacia dos gastos com a Dívida, em detrimento dos gastos sociais e investimentos:

Infelizmente, os problemas sociais brasileiros - como a fome, a violência, o analfabetismo - continuarão em 2004. O Orçamento para esse ano destinará para o pagamento da dívida R\$ 117 bilhões, até mais que os R\$ 93 bilhões gastos em 2003.

II - ACCOMPANIMENT OF THE CURRENT FACTS

It includes the accompaniment of documents and current facts, related to the process of country indebtedness:

a) Accompaniment of the Public Budget and its respective execution:

The study group of the Citizen Auditing has denounced the amount destined to the payment of interests and amortization of the Debt, and the sum destined to the social expenses. The supremacy of the expenses with the Debt is evident, in detriment of the social expenses and investments:

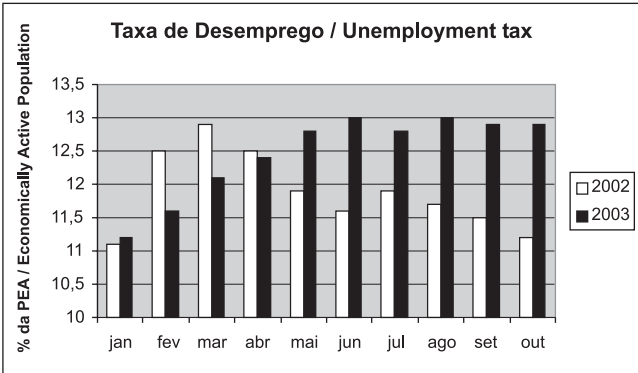
Unfortunately, the Brazilian social problems - as the hunger, violence, illiteracy - will continue on 2004. The Budget for this year will destine for the debt interests R\$ 117 billion, more than the R\$ 93 billion expenses with the debt in 2003.

Essa política inviabiliza o crescimento econômico e a geração de empregos. Em 2003, o índice de desemprego atingiu patamares nunca antes alcançados, deixando mais de 13 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho, provocando queda brutal da massa salarial. Enquanto isso, os bancos têm dobrado seus lucros ano após ano, principalmente graças à elevada taxa de juros. Conforme estatística do próprio governo, há mais de 44 milhões de famintos no Brasil que, por sua vez, viraram público-alvo da campanha chamada “Fome Zero”, cujos recursos são ínfimos comparativamente ao gasto com a dívida, e ainda sofreram contingenciamento, tendo parte deles destinados para o cumprimento do superávit primário. O grupo da auditoria cidadã tem levado essa reflexão à sociedade, enquanto o governo federal divulga que “o problema do Brasil não é a Dívida, mas a má distribuição dos gastos sociais”...

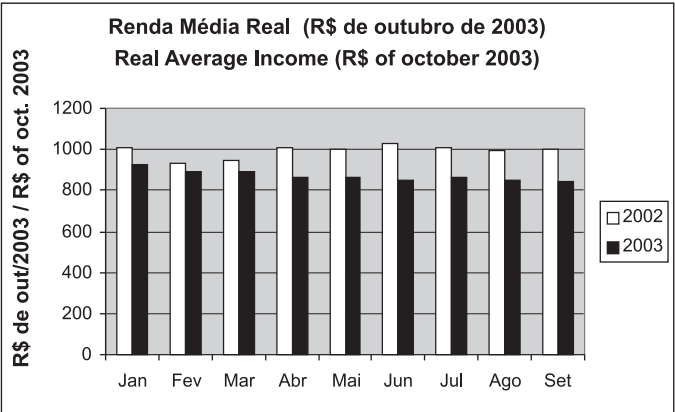
b) Sucessivos acordos entre o Brasil e o FMI:

Criado em 1945 para zelar pela saúde econômica de seus países membros, o FMI tem traído o seu estatuto, agindo em defesa dos interesses das instituições financeiras internacionais.

Os sucessivos acordos celebrados entre o governo brasileiro e o FMI têm servido para garantir a continuidade dos pagamentos aos credores internacionais e significam a entrega das decisões políticas do País àquele organismo, que impõe rígida agenda, cujo cumprimento é condicionante para a liberação dos créditos.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Source: Brazilian Institute of Geography and Statistics



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Source: Brazilian Institute of Geography and Statistics

This politics makes impracticable the economic growth and the generation of jobs. In 2003, the unemployment rate reached the most levels in history, leaving more than 13 million of brazilians out of the labor market, provoking a big fall of the wage mass. At the same time, banks had been doubled its profits year after year, mainly thanks to the high interest rates. As statistics of the government statistics show, more than 44 million people in Brazil are hungry, that was included on the public-target of the called campaign “Fome Zero” (“No Hunger”), whose resources are lowermost comparatively to the expense and the debt, and still had suffered cuts, having part of its destined resources used for the fulfilment of the “primary surplus”. The citizen auditing group has showing this reflection to the society, while the federal government divulges that “the brazilian problem is not the Debt, but the bad distribution of the social expenses”...

b) Successive agreements between Brazil and IMF:

Created in 1945 to watch over for the economic health of its country members, IMF has betrayed its statute, acting in defense of the interests of international financial institutions.

The successive agreements celebrated between Brazilian government and IMF have served to guarantee the continuity of the payments to the international creditors and mean the delivery of the politics decisions of the Country to that organism, that imposes a

As principais exigências do acordo celebrado em 2003, pelo governo Lula, foram:

- Cumprimento de superávit primário recorde, de 4,25% do PIB em 2003;
- Reforma da Previdência, abrindo-se espaço para os fundos de pensão;
- Reforma Tributária, com aumento da carga tributária e manutenção da DRU - Desvinculação das Receitas da União - mecanismo que permite o desvio de receitas vinculadas à assistência social, educação e saúde para o pagamento de juros da dívida;
- Lei de Falências, que aumentará os privilégios do setor financeiro privado;
- Independência do Banco Central, a fim de garantir-lhe maior autonomia ainda;
- Privatização dos poucos bancos estatais ainda restantes;
- Redução progressiva da taxa sobre capitais especulativos.

Documentos do Fundo recomendam também a Reforma Trabalhista e Sindical, e avanços na abertura comercial - ALCA.

rigid agenda, whose fulfilment is conditioning for the release of the credits.

The main requirements of the agreement celebrated on 2003, by the LULA government, had been:

- fulfilment of record primary surplus of 4,25% of the GNP in 2003;
- the Public Pension Reform, to open space for the private pension funds;
- tax reform, increasing tax burden and maintenance of the DRU "Detachment of Revenue of Federal Government", mechanism that allows the deviation resources from the social assistance, education and health for the payment of debt interests;
- law of Bankruptcies, that will increase the privileges of the private financial sector;
- Independence of the Central Bank, in order to guarantee to it an additional autonomy;
- privatization of the few still remaining state banks;
- gradual reduction of the tax on speculative capitals.

IMF Documents also recommend the Labor and Syndical Reforms, and advances on free trade - ALCA.

O "World Economic Outlook" (Perspectiva Econômica Mundial), publicado em setembro de 2003 pelo Fundo Monetário Internacional, divulgou estudo que analisou o comportamento da dívida em 79 países, concluindo que em 26 houve reduções significativas do valor da dívida, sendo que em 19 países essas reduções decorreram de declaração de moratória pelos devedores. O economista-chefe do FMI, Keneth Rogoff afirmou: "A Dívida Interna é grande. A Dívida Externa é muito alta. Esses problemas não desaparecem da noite para o dia e continuarão absorvendo uma parcela do crescimento econômico nos próximos anos, a não ser que o país adote medidas mais radicais".



The "World Economic Outlook", published on September 2003 by IMF, divulged a study that analyzed the behavior of the debt in 79 countries, concluded that in 26 there were significant reductions of the debt value, and in 19 countries these reductions due to moratorium declaration of debtors. The IMF chief economist, Keneth Rogoff, affirmed: "The Brazilian Internal Debt is high. The External Debt is very high. These problems do

Submetendo-se ao FMI, que monitora periodicamente o cumprimento das metas, o governo brasileiro fica obrigado a reportar-se prioritariamente ao Fundo, deixando em segundo plano os compromissos assumidos com o povo brasileiro.

c) Sucessivas propostas de renegociação soberana e arbitragem:

SDRM - Em novembro/2001, o FMI apresentou um mecanismo formal de reestruturação da dívida soberana dos países (SDRM, na sigla em inglês), a partir de uma nova arquitetura financeira internacional, com a argumentação de que “a proposta ajudará os países a evitar colapso econômico, estimulará os fluxos de capital privado e eliminará operações de socorro multimilionárias do Fundo”. O modelo compreendia a instituição de um tribunal de insolvência, do qual participariam os credores e devedores, e teria força de lei em sentido universal, ou seja, seria superior às leis nacionais; superior inclusive à Constituição Federal! Evidentemente, o FMI é que operaria esse mecanismo. A proposta do Fundo abarcava tanto a dívida externa quanto a interna e visava a “reconstruir a confiança dos investidores”, restaurando o crescimento dos países ao colocar, em primeiro lugar, as políticas corretivas de ajuste fiscal - que são inversas às adotadas pela maior potência mundial e demais países ricos - e o fortalecimento do setor financeiro e regimes mais flexíveis de câmbio.

Horst Köhler, diretor do FMI, explicou, em 2002 que “os credores poderiam decidir, por uma maioria qualificada, sobre os termos da reestruturação” e defendeu a proposta segundo a qual “indica que os credores privados deveriam fiscalizar a política econômica dos países devedores, garantindo assim que o compromisso de pagamento acertado na reestruturação fosse honrado”.

Situações absurdas:

- Tribunais americanos deram ganho de causa a credores que processaram países por terem alterado cláusulas de renegociação de dívidas;
- Em 2000, um juiz norte-americano determinou o seqüestro de bens do patrimônio estatal do Peru (sedes de

not disappear from the night to day and will continue absorbing a part of the economic growth in the next years, unless the country adopts more measures radical”.

Submitting to IMF, that monitors periodically the fulfilment of the goals, brazilian government is obliged to prioritize IMF, instead of the commitments assumed with the brazilian people.

c) Successive proposals of sovereign renegotiation and arbitration:

SDRM - On november 2001, IMF presented a formal mechanism of sovereign debt reorganization of the countries (SDRM, in the acronym in English), a new international financial architecture, with the argument that “a proposal will help the countries to prevent economic collapse, will stimulate the flows of private capital and will eliminate the IMF multimillionaire operations of aid”. The model included the institution of an insolvency court, of which creditors and debtors would participate, and would have power of law anywhere, that means that would be superior to the national laws; superior also to the Federal Constitution! Evidently, IMF would operate this mechanism. The IMF proposal included both internal and external debts and aimed at to rebuild the confidence of the investors, restoring the growth of the countries which put, in first place, the corrective policies of fiscal adjustment - what are inverse to the policies adopted for the biggest world-wide power and rich countries - and the strengthening of the financial sector an more flexible exchange regimes.

Horst Köhler, director of the FMI, explained in 2002 that “creditors could decide, for a qualified majority, the terms of the re-structuring” and defended the proposal according to which “private creditors would have to fiscalize the economic policy of the creditor countries, guaranteeing that the commitment of payment planned in the re-structuring would be honored”.

embaixada, aeronaves, por exemplo) como indenização por títulos vencidos. Hoje, a Constituição Federal do Brasil impede tais práticas, mas o mecanismo proposto pelo FMI poderá ter força legal superior, institucionalizando, dessa forma, o fim da soberania dos países endividados.

O grupo da Auditoria Cidadã esteve representado nas discussões da Proposta de Arbitragem Justa e Transparente, discutida em Guayaquil, Equador, em março de 2002, ocasião em que a proposta de auditoria foi inserida como um passo fundamental e necessário ao conhecimento da dívida e à segregação da parcela legítima da ilegítima.

d) Mecanismos relacionados ao processo de endividamento:

Risco-País: O grupo da Auditoria Cidadã no Brasil desenvolveu estudos sobre a ilegitimidade desse mecanismo de espoliação de nossas riquezas. Para emprestar aos países do Terceiro Mundo, os credores estabelecem um adicional de juros sobre o que ganhariam emprestando aos Estados Unidos, país considerado de risco zero, pelo simples fato de poder emitir dólares - moeda aceita para o pagamento das dívidas externas dos países. Os credores alegam que esse adicional de juros serve para compensar o risco de não receberem de volta o que emprestaram para os países em desenvolvimento. Essa exigência não encontra amparo em normas de direito internacional e também não obedece a uma lógica ou coerência matemática, pois todos os compromissos têm sido cumpridos religiosamente, sendo o Brasil um dos maiores remuneradores do capital estrangeiro durante todos esses anos. Esse “risco” é mais uma criação artificial e serve de instrumento

Absurd situations:

- American Courts allowed creditors to punish countries that modified clauses of debt renegotiation;
 - On 2000, a North American judge determined the freeze of the Peru state patrimony (headquarters of embassy, aircraft) as indemnity for past debt bonds.
- Today, the Federal Constitution of Brazil hinders such practice, but the IMF mechanism will be able to have superior legal force, institutionalizing, in this way, the end of the sovereignty of the indebted countries.

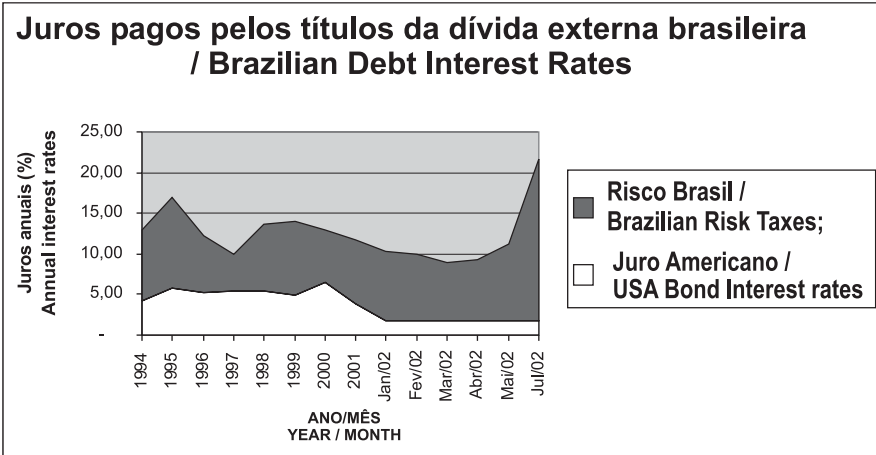
The group of the Citizen Auditorship was represented in the discussions of the Fair and Transparent Arbitration Proposal, in Guayaquil, Equator, on March 2002, occasion where the auditing proposal was inserted as a basic and necessary step to the knowledge of the debt and the segregation of the legitimate parcel from the illegitimate one.

d) Mechanisms related to the indebtedness process:

Country-risk: The group of the Citizen Auditing in Brazil developed studies about the illegitimacy of this mechanism of spoliation of

our wealth. To loan to the Third World countries, creditors establish an interest additional on what they would earn loaning to the United States, considered country of no-risk, for

the simple fact of being able to emit dollar - accepted currency for the payment of the external debts of the countries. The creditors allege that this interest additional serves to compensate the risk of not receive what they



Fonte: Banco Central e JP Morgan / Source: JP Morgan and Brazilian Central Bank

apenas para a cobrança desse adicional. Se jamais se implementou, por que continuar a pagar esse adicional? Na verdade, este tem sido um mecanismo oneroso que contribui para o crescimento descontrolado da dívida externa.

Cláusula de Ação Coletiva (CAC): Novidade inserida nos lançamentos de títulos da dívida externa brasileira em 2003, trata-se de instrumento que dá aos credores a possibilidade de decidir a forma de renegociação da dívida, no caso de dificuldade de pagamento da mesma. A CAC também transfere o foro para Washington e suas leis. Isso significa renúncia à nossa soberania, de forma explícita e ilegal. É importante ressaltar que, após a inclusão desta cláusula nos títulos emitidos pelo governo brasileiro, o FMI abriu mão da proposta de renegociação que vinha defendendo desde 2001 - a SDRM -, pois esta cláusula de ação coletiva recupera o poder dos grandes detentores dos títulos da dívida, que assim podem impor suas decisões aos demais.

O mais grave é que não existe qualquer autorização legislativa para tal procedimento, uma vez que esse dispositivo não foi autorizado pelo Congresso Nacional. De acordo com a Constituição Federal, o Executivo é obrigado a informar o Congresso Nacional de suas políticas monetárias que gerem encargos ao país e de todos os atos da política cambial, para que esse delibere sobre a aceitação dos conteúdos dos contratos propostos.

A exigência do FMI para que seja alterada a Constituição Federal, garantindo-se “Independência” ao Banco Central visa a dar respaldo a esse tipo de procedimento, hoje completamente inconstitucional.

e) Acompanhamento da legislação tributária e da regulamentação expedida pelo Banco Central:

Há uma relação estreita entre o processo de endividamento e a lavagem de dinheiro, evidenciada pela compilação da legislação brasileira que rege o fluxo de capitais.

Diante da necessidade de atrair moeda estrangeira para fechar as contas externas, deterioradas pelo processo de endividamento, o governo vem flexibilizando as regras que regem o fluxo de capitais para o exterior: a tributação

had loaned for the developing countries. This requirement does not find support in norms of international law and also it does not obey a logic or mathematical coherence, therefore all the commitments have been fulfilled religiously, being Brazil one of the biggest payers of the foreign capital during all these years. This “risk” is another artificial creation and it serves only for the collection of this additional interest. If it was never implemented, why to continue to pay this additional one? Truthfully, this has been an onerous mechanism that contributes for the uncontrolling growth of the external debt.

Clause of Collective Action (CAC): Inserted newness in the launchings of the Brazilian external debt bonds on 2003, is an instrument that gives to the creditors the possibility to decide the form of renegotiation of the debt, in case of payment difficulty. The CAC also transfers the forum to Washington and its laws. This means resignation to our sovereignty, in an explicit and illegal form. It is important to stand out that, after the inclusion of this clause in the titles emitted for the Brazilian government, the IMF gave up of the renegotiation proposal that has defended since 2001 - the SDRM - because this clause recoups the power of the bigger creditors, that thus can impose its decisions to the others.

The most serious fact is that any legislative authorization for such procedure does not exist, as this device was not authorized by the National Congress. In accordance with the Federal Constitution, the Executive is obliged to inform the National Congress about its monetary politics that generate incubencies to the country and about all the acts of the cambial politic, to deliberates on the acceptance of the contents of considered contracts.

The requirement of the IMF that the Federal Constitution be modified, guarantee “Independence” to the Central Bank and aims at give endorsement to this type of procedure, today completely unconstitutional.

e) Accompaniment of the tax legislation and the regulation forwarded by Central Bank:

There is a narrow relation between the indebtedness process and the money laundering, evidenced by the compilation of the Brazilian

tem sido reduzida ou até mesmo extinta e controles financeiros têm sido abolidos pelo Banco Central. Além disso, há diversos entraves à ação da fiscalização, merecendo destaque o rigor das regras de “sigilo bancário” e a proibição de comunicação, ao Ministério Público, dos fatos apurados pelos auditores-fiscais em procedimentos de fiscalização, enquanto não concluído o trânsito em julgado do processo administrativo.

Recentes decisões do STF negam cooperação internacional para o combate a crimes, conforme registrou o jurista Antenor Madruga, em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* em 01.01.2004: “Em outubro do ano passado, o STF negou à Suíça extratos de contas mantidas em banco brasileiro, que seriam utilizados para investigar o tráfico de mulheres para aquele país. O fundamento da decisão foi de que “as diligências de seqüestro de bens e quebra de sigilo de dados, além de atentar contra a ordem pública, possuem caráter executório, o que inviabiliza a concessão do exequatur (equivale a um execute-se!).” Em outro caso também de 2003, o STF impediu que o Brasil fornecesse à Alemanha documentos para a investigação de lavagem de dinheiro, presumivelmente originários de crimes aqui praticados”. Mais grave é ver o STF considerar como violação à ordem pública e à soberania, a assistência internacional ao combate a crimes. Como se não fosse o crime, mas o seu combate, o que ameaça a ordem pública e a soberania.

Exemplos da deterioração da legislação tributária e financeira que vem garantindo cada vez mais liberdade para os fluxos de capitais, tal como exigem os mercados:

- isenção da CPMF na Bolsa de Valores
- isenção de CPMF sobre remessas ao exterior (MP-135/2003)
- isenção de impostos nas remessas de lucros ao exterior
- isenção de imposto de renda para lucros distribuídos aos sócios

O Banco Central também tem feito

legislation about the capital flows. With the necessity to attract foreign currency to close the external accounts - aggravated by the indebtedness process - government has been making more flexible the rules that controls the flow of capitals for the exterior: the taxation has been reduced or even though extinct and financial controls have been abolished by Central bank. Moreover, there are diverse impediments to the action of the fiscalization - mainly the severity of the secrecy bank law - and the prohibition of communication, to the Public prosecution service, the investigated facts by the auditor-inspectors in fiscalization procedures, while the entire administrative proceeding follows all the legal channels.

Recent decisions of the brazilian Supreme Court deny international cooperation for the combat the crimes, as jurist Antenor Madruga registered, in article published in the perodical *Correio Braziliense* in 01.01.2004: “In October 2003, the Supreme Court denied to Switzerland account statements kept in a brazilian bank, that would be used to investigate the traffic of women for that country. The bedding of the decision was that “the efforts of investigation and the acess to secret data, besides attempting against the efforts the public order, have executory character, what makes impracticable the concession of exequatur (is equivalent to a execut”!).

In another case also in 2003, the Supreme Court hindered that Brazil supplied to Germany documents to the inquiry of money laundering, presumably originary of crimes practised here.

“More serious is see the Supreme Court considering as a breaking to the public order and to sovereignty the international assistance for the combat of crimes. As it was not the crime, but the crime combat, what threatens the public order and the sovereignty.”

Examples of the deterioration of tax and financial legislation who guarantees each time more freedom for the capitals flows, such as markets demand:

- exemption of the CPMF in the Stock exchange

generosas concessões normativas, tais como:

Liberalização das Contas CC-5 (legalização de toda e qualquer fuga de capital para o exterior, por meio da Circular 2259/1992, que recebeu o nome de “barriga de aluguel”)

Uma espécie de cartilha expedida pelo próprio Banco Central, em sua página 37, dizia o seguinte: “... Se um agente quiser fazer uma remessa para o exterior, basta que deposite cruzeiros reais na conta de uma instituição financeira não-residente e deixe que ela faça o resto. Com os cruzeiros reais ela pode comprar moeda estrangeira em banco aqui no Brasil e transferir a moeda para a conta do destinatário no exterior. O novo regime permite uma amplitude para movimentos de capital que não conhecia precedente no País.”

- Circular 2.639/1996, que passou a permitir às instituições financeiras a realização de operações de compra e venda de moeda estrangeira sem a emissão de boleto bancário, deixando sem registro a operação;
- Circular 2.677/1996, que passou a permitir depósitos em dinheiro nas contas-CC5, sem qualquer identificação do depositante, que poderia ser um residente ou não-residente. No caso de movimentações de valores mais elevados, a referida circular permitia a emissão de cheque nominativo ao banco depositário, não havendo a vinculação do depositante à conta-CC5;
- a Circular 3.187, de 16.04.2003, permite aos bancos que mantenham conta de não- residente - instituição financeira - proceder a créditos via TED - Transferência Eletrônica Disponível, podendo este ser veiculado em nome do pagador ou de outra instituição financeira em nome próprio. Tal procedimento inviabiliza a fiscalização, o controle e a prevenção da evasão de divisas, uma vez que o remetente envia o dinheiro para a conta CC-5 via TED, podendo fazê-lo em nome do banco, e não do pagador, não havendo registro que o vincule à operação.

- exemption of CPMF on remittances to the exterior (MP-135/2003)
- tax exemption in the remittances of profits to the exterior
- tax exemption of income for profits distributed to the partners

The Central Bank also made generous normative concessions, such as:

Liberalization of CC-5 accounts (legalization of all and any escape of capital for the exterior, by means of “Circular 2259/1992”, that it received the name from “rented belly”).

A kind of folder forwarded by the proper Central bank, on page 37, said the following: “... If an agent wants to make a remittance for the exterior, he must only deposit [brazilian currency] in the brazilian account of a foreign financial institution and this institution makes the remaining. With [brazilian currency] the agent can buy foreign currency in a brazilian bank and transfer the currency here to the account of the addressee in the exterior. The new regimen allows an amplitude for capital movements without precedent in the Country.”

- “Circular 2,639/1996”, that it started to allow to the financial institutions the accomplishment of operations of purchase and sale of foreign currency without the banking emission ticket, leaving the operation without register;
- “Circular 2,677/1996”, that it started to allow deposits in money in the CC5 accounts, without any identification of the depositor, who could be a resident or not-resident. In the case of higher values movements, the related “circular” allowed the emission of nominative check to the bank depositary, without the link of the depositor to the CC5 account;
- Circular 3,187, of 16.04.2003, allows the banks that keep not-resident account - financial institution - to proceed the credits by TED (Available Electronical

Circular 3.187/2003, artigo 10, § 1º - *É dispensado o respaldo documental nas transferências destinadas a constituição ou a repatriação de disponibilidades no exterior de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas ou com sede no país.*

Mas as maiores aberrações foram as “Autorizações Especiais” concedidas a cinco bancos que operavam com câmbio, em Foz do Iguaçu, em 1996. O volume movimentado com base em tais autorizações foi um verdadeiro escândalo, que se convencionou chamar de Caso Banestado, atualmente objeto de CPI no Congresso Nacional. Apurou-se que foram movimentados cerca de R\$ 28 milhões por dia, em carros forte, pela Ponte da Amizade, tendo US\$ 30 bilhões sido remetidos ilegalmente ao exterior.

Essas autorizações especiais chamaram a atenção do Ministério Público Federal que, em 03.12.2003, propôs AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA contra ex-presidentes do Banco Central e vários diretores de instituições financeiras. O objeto da ação se fundamenta em um conjunto de atitudes ilegais:

- Omissão na fiscalização do mercado de capitais
- Produção de normas com lacunas
- Abertura indiscriminada, no Brasil, do fluxo de capital de origem ilícita
- Estímulo a atividades ilícitas vinculadas à evasão de divisas, à sonegação e à lavagem de dinheiro

A Dívida e a Lavagem de Dinheiro

- A auditoria feita na dívida contraída pelo ditador Anastácio Somoza, na Nicarágua, revelou que o dinheiro dos empréstimos era desviado para contas no exterior, pertencentes ao próprio Somoza.
- A remessa ilegal de recursos para o exterior obriga os países a tomarem empréstimos no exterior para recompor suas reservas em moeda estrangeira.

Transference), on the name of the payer or of another financial institution in own name. Such procedure makes impracticable the fiscalization, the control and the prevention of the currency evasion, because the shipper sends the money for account CC-5 by TED, being able to make it on behalf of the bank, and not of the payer, without registering any ties of the operation.

“Circular 3,187/2003”, article 10, § 1st - To the constitution or the repatriation of availabilities in the exterior of physical or legal people domiciliated in the country, it is excluded the documentary endorsement in the transferences destined.

But the biggest aberrations had been the “Special Authorizations” granted for five banks that operated with exchange, in Foz do Iguaçu, in 1996. The sum of money due to such authorizations was a true scandal, that was called “Banestado Case”, currently object of a CPI (Parliamentary Inquiry Commission) in the National Congress. It was discovered that there were a motion about R\$ 28 million per day, in armored cars, for the “Bridge of the Friendship” (in the border Brazil-Paraguay), and USS 30 billion were illegally sent to the exterior.

These special authorizations had called the attention of the Federal Public Prosecution that, in 03.12.2003, did a PUBLIC CIVIL ACTION OF ADMINISTRATIVE IMPROBITY against former-presidents of the Central Bank and some directors of financial institutions. The object of the action is based on a set of illegal attitudes:

- Omission in the fiscalization of the stock market
- Production of norms with gaps
- Indiscriminate opening, in Brazil, of the capital flow from illicit origin
- Stimulus to the illicit activities tied to the evasion of currency, the tax evasion and the money laundering

III - COMPILAÇÃO DE ARGUMENTOS JURÍDICOS

Princípios gerais de Direito e princípios do direito internacional podem dar sustentação para o não- pagamento das dívidas contraídas pelos países em desenvolvimento. Alguns institutos permitem que, em certas circunstâncias, um país deixe de efetuar pagamentos aos credores internacionais. Entre esses estão:

a) A Dívida Odiosa

No período da Guerra Fria, por pressão internacional, foram introduzidos regimes totalitários em várias partes do mundo, com o fim de combater a possível ameaça de expansão comunista. Esses regimes, de um modo geral, receberam apoio financeiro internacional via concessão de empréstimos externos. Em muitos casos, os governantes se apropriavam desses valores, ou destes se utilizavam para manutenção do regime, ou até mesmo para reprimir a população. A esses casos a doutrina internacional chama de “Dívida Odiosa”, por ter sido contraída por um regime ditatorial e ilegítimo, que não trouxe benefícios para a nação e sua população.

A doutrina da Dívida Odiosa surgiu em 1927, por elaboração do russo Alexander Sack, ao observar o caso em que os Estados Unidos pediram o perdão da dívida cubana com a sua metrópole, a Espanha. Tal perdão era sustentado pelo fato de esta última ter imposto a dívida à sua colônia. A teoria é exemplificada também com os casos do México, em 1867, de Cuba em 1898, da Prússia em 1919, da Costa Rica em 1923 e, recentemente, em 1998, com o perdão da dívida de Ruanda, concedido pelo Parlamento britânico, pois a dívida daquele país se destinou à aquisição de armamento utilizado contra sua população civil.

b) Caso fortuito e ou Força Maior

Duas circunstâncias podem legitimar um país a não pagar sua dívida. Um deles é o que se chama de “Força Maior”. É um princípio do Direito que garante o não- pagamento no caso de o devedor apresentar um motivo relevante. Entre os motivos relevantes está aquele de o devedor encontrar-se em situação que torne

The Debt and the Money laundering

The auditing made on the debt contracted by the dictator Anastácio Somoza, in Nicaragua, disclosed that the money of the loans was deviated for accounts in the exterior, which belonged to Somoza.

- The illegal remittance of resources for the exterior compels the countries to take loans in the exterior to renew its reserves in foreign currency.

III - COMPILATION OF LEGAL ARGUMENTS

General Principles of Right and principles of the international law can give sustentation for the not-payment of the debts contracted by developing countries. Some justinian codes allow that, in certain circumstances, a country leaves to effect payments to the international creditors. Among these are:

a) The Hateful Debt

In the period of the Cold War, by international pressure, totalitarian regimes had been introduced in several parts of the world, in order to fight the possible “threat” of communist expansion. These regimes, in general, had received international financial support by concession of external loans. In many cases, government appropriated of these values, or used they for maintenance of the regimen, or even though to restrain the population. These cases the international doctrine call of “Hateful Debt”, due to has been contracted by a ditatorial and illegitimate regimen, that did not bring benefits for the nation and its population.

The Hateful Debt doctrine appeared in 1927, elaborated by the russian Alexander Sack, when observing the case where the United States had asked the pardon of the Cuban debt with its metropolis, Spain. Such pardon was supported for the fact of Spain had imposed the debt to its colony. The theory is also exemplified with the cases of Mexico in 1867, of Cuba in 1898, of Prussia in 1919, of Costa Rica in 1923 and, recently, in 1998, with the pardon of the debt of the Ruanda, granted by the British Parliament, therefore the debt of that country destined to the acquisition of armament used against its civil population.

difícil ou impossível dispor de recursos para o pagamento de obrigação sem colocar em risco os direitos fundamentais dos seus cidadãos - vida, saúde, alimentação, segurança, moradia digna, trabalho e educação. O princípio da Força Maior refere-se, também, a eventos de origem natural -catástrofes, terremotos, inundações e outros. O outro princípio é o denominado “Caso Fortuito”. Nesse caso, acontecimentos de origem humana, como epidemias e guerras, são motivos que também respaldam o não-pagamento de dívidas de um país.

c) Cláusula *rebus sic stantibus*

A teoria do que o Direito convencionou chamar de “*rebus sic stantibus*” condiciona o pagamento da dívida e o cumprimento das cláusulas contratuais à manutenção das mesmas condições econômicas vigentes na época em que o contrato foi assinado. Visa à proteção das partes contra fatos imprevistos, inclusive aqueles externos e que tenham influência ou ocasionem prejuízo injustificado ao devedor, mas estejam fora do controle por parte do país.

Ou seja: caso haja uma alteração significativa nas condições do endividamento - como a multiplicação das taxas de juros por parte dos credores internacionais e a elevação do risco país - é permitido ao devedor interromper o pagamento da dívida.

b) Randon case or “Force Majeure”

Two circumstances can legitimize a country to not to pay its debt. One of them is what it is called “Force Majeure”. It is a principle of the Law that guarantees the not-payment in the case of the debtor to present an relevant reason. Among the relevant reasons is that one when the debtor meets a situation that becomes difficult or impossible to make use of resources for the payment of obligation without placing in risk the basic rights of its citizens - life, health, feeding, security, worthy housing, work and education. The principle of the Force Majeure is mentioned, also, on the events of natural origin - catastrophes, earthquakes, floodings and others. The other principle is called “Random Case”. In this case, human events, as epidemics and wars, are reasons that also endorse the not-payment of debts of a country.

c) *Rebus sic stantibus* Clause

The theory that the Law stipulated to call “*rebus sic stantibus*” conditions the payment of the debt and the fulfilment of the contractual clauses to the maintenance of the same effective economic conditions when the contract was signed. It aims at the protection of the parts against unexpected facts, also those external ones and that have influence or cause unjustified damage to the debtor, but are out of control of country. This means that: in case that there is a significant alteration in the conditions of the indebtedness - as the multiplication of the taxes of interests by international creditors and the rise of the risk country - is allowed the debtor to interrupt the payment of the debt.

IV - CONCLUSÃO

Auditar a dívida para quê?

“Um em cada três latino-americanos vive na pobreza e a desigualdade crescente na região ameaça perigosamente a estabilidade e o desenvolvimento sustentável.”
(Nemat Shafik, vice-presidente do Banco Mundial.)

“1,2 bilhão de pessoas do mundo vivem em condições de extrema pobreza, com menos de 1 dólar diário, e essa situação se transforma inevitavelmente em fonte de conflitos.” (Lennart Bage, presidente do FIDA, órgão da ONU.)

O crescimento impressionante da violência, dos miseráveis ao relento, das crianças abandonadas, enfim, de toda espécie de drama social nos leva a refletir sobre as razões que trouxeram a humanidade a esse quadro de tremenda injustiça e desigualdade cada vez mais profunda entre as pessoas e as nações.

Faltam recursos para o atendimento aos direitos humanos fundamentais da maior parte da população do planeta enquanto fortunas estéreis são movimentadas diariamente em operações de lavagem de dinheiro, fruto de corrupção e de toda espécie de crime.

IV - CONCLUSION

Audit the debt for what?

“One in each three Latin Americans dangerously lives in poverty and the increasing inequality in the region threatens the stability and the sustainable development.” (Nemat Shafik, vice-president of the World Bank)

“1,2 billion of people of the world lives in conditions of extreme poverty, with less than 1 dollar daily, and this situation inevitably transforms itself into source of conflicts.” (Lennart Bage, president of the FIDA, agency of the ONU)

The impressive growth of the violence, of the unsheltered, of the abandoned children, and at last, of all species of social drama takes us to reflect on the reasons that had brought the humanity to this conjuncture of tremendous injustice and inequality deeper each time, between the people and the nations.

There is a lack of resources for the attendance to the basic human rights of the biggest part of the planet population, while barren richnesses are put into motion daily in operations of money laundering, fruit of corruption and of all species of crime.

It is necessary to fight for Justice

É preciso lutar por Justiça e há vários caminhos a seguir nessa luta. Um deles é o desmascaramento do processo de endividamento dos países de Terceiro Mundo, maiores vítimas do empobrecimento e do inaceitável processo de espoliação de suas riquezas.

A auditoria da dívida é o instrumento que permitirá levantar toda a verdade sobre esse processo, apresentando-se também como um procedimento a ser adotado conjuntamente pelos países endividados, de maneira articulada respeitando-se as peculiaridades de cada país, mas fortalecendo a construção de uma alternativa viável, que efetivamente reduza o montante das dívidas que sabemos ilegais e ilegítimas.

É por isso e para isso que lutamos pela Auditoria da Dívida!

and there are some ways to follow in this fight. One of them is remove the mask of the indebtedness process of the Third World countries, greater victims of the impoverishment and the unacceptable process of spoliation of its wealth.

The debt auditing is the instrument that will allow to raise all the truth on this process, and a procedure to be adopted together by the indebted countries, in articulated way, respecting the peculiarities of each country, but strengthening the construction of a viable alternative, that effectively reduce the sum of the debts that we know illegal and illegitimate.

It is therefore and for that we fight for the Auditorship of the Debt!





SDS - Conjunto Baracat 1º andar - Salas 1 a 11
Brasília/DF - Brasil - CEP: 70392-900
Fone: (55 - 61) 218 5200 - Fax: (55 - 61) 218 5201
www.unafisco.org.br / den@unafisco.org.br

Campanha Jubileu Sul Brasil

Rua Dr. Neto de Araújo, 168 - Vila Mariana
São Paulo/SP - Brasil - CEP: 04111-000
Fone: (55 - 11) 5572 1518 - Fax: (55 - 11) 5573 8058
jubileubrasil@caritasbrasileira.org
jubileubrasil@terra.com.br